

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado Profissional em Educação

MARCOS GARES AFONSO

Ensino Médio em Jaguarão (RS): contexto(s) e desafios em debate

Jaguarão

2024

MARCOS GARES AFONSO

Ensino Médio em Jaguarão (RS): contexto(s) e desafios em debate

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Maria Beatriz Luce

Jaguarão

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A257e	Afonso, Marcos Gares Ensino Médio em Jaguarão: contexto(s) e desafios em debate / Marcos Gares Afonso. 103 p. Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2024. "Orientação: Maria Beatriz Luce". 1. Novo ensino médio. 2. dados educacionais. 3. política educacional. 4. Jaguarão. I. Título.
-------	--

MARCOS GARES AFONSO

ENSINO MÉDIO EM JAGUARÃO (RS): CONTEXTO(S) E DESAFIOS EM DEBATE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação defendida e aprovada em: 06 de maio de 2024

Banca examinadora:

Profª Drª Maria Beatriz Luce
Orientadora
(Unipampa)

Profª Drª Ana Cristina da Silva Rodrigues
(Unipampa)

Profª Drª Lisete Funari Dias
(Unipampa/MAE)



Assinado eletronicamente por **Maria Beatriz Moreira Luce, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 30/07/2024, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 30/07/2024, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LISETE FUNARI DIAS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/07/2024, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1504581** e o código CRC **E6AEF48E**.

RESUMO

Este relatório crítico-reflexivo apresenta uma pesquisa e a atividade de extensão realizadas sobre o ensino médio com foco específico no primeiro ano desta etapa da educação básica na cidade de Jaguarão-RS. Através de dados secundários sobre as escolas e de conversas com a comunidade, nas quais buscamos visualizar a situação em relação ao atendimento da Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE), tratamos de identificar problemáticas que afetam a fase final de escolarização no Brasil e na localidade. Com essa finalidade, analisamos informações de bases de dados oficiais, como os indicadores educacionais relativos a rendimento, distorção idade-série e nível socioeconômico dos estudantes, no período entre 2016 e 2023. Realizamos também análise e discussão da Lei 13.415/2017 e de sua implantação pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS), bem como sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 nos anos de 2020 e 2021. Partindo dessa compreensão e com o intuito de partilhar o conhecimento constituído, foi promovido um curso de extensão aberto à comunidade escolar da cidade e a alunos e professores dos cursos de licenciatura da Unipampa no Campus Jaguarão. As opiniões expressas pelos participantes deste curso foram registradas, agrupadas e categorizadas para análise, o que permitiu compreender alguns pontos problemáticos ao final do estudo. Em conclusão, destaca-se que essa etapa de ensino apresenta grandes problemáticas em nível nacional, estadual e municipal que demandam atenção para sua superação, como frequentes alterações curriculares sem consulta e planejamento com as comunidades escolares; profissionais sobrecarregados de trabalho, sem oportunidades adequadas de formação continuada e de planejamento didático; e estudantes sem atendimento de seus anseios de formação integral e condições para dedicação ao estudo.

Palavras-chave: novo ensino médio; dados educacionais; política educacional; Jaguarão.

RESUMEN

Este informe crítico-reflexivo presenta una investigación y una actividad de extensión realizadas sobre la educación secundaria con un enfoque específico en el primer año de esta etapa de la educación básica en la ciudad de Jaguarão-RS. A través de datos secundarios sobre las escuelas y de conversas con la comunidad, buscamos conocer la situación en relación al cumplimiento de la Meta 3 del *Plano Nacional de Educação (PNE)*. Con eso en manos, tratamos de identificar las dificultades que afectan la fase final de escolarización en el Brasil y en la localidad donde se desarrolló la investigación. Con tal propósito, analizamos informaciones de bases de datos oficiales, como los indicadores educativos relativos al rendimiento, la distorsión edad-serie (año) y el nivel socioeconómico de los estudiantes, en el período entre 2016 y 2023. También realizamos un análisis y la discusión de la Ley 13.415/2017 y su implementación por parte de la *Secretaría Estadual de Educação de Rio Grande do Sul (SEDUC-RS)*, así como sobre los efectos de la pandemia de COVID-19 en los años 2020 y 2021. Partiendo de esta comprensión y con la intención de compartir el conocimiento adquirido, se promovió un curso de extensión abierto a la comunidad escolar de la ciudad y a alumnos y profesores de los cursos de licenciatura de la Unipampa en el Campus Jaguarão. Las opiniones expresadas por los participantes de este curso fueron registradas, agrupadas y categorizadas para su análisis, lo que permitió comprender algunos puntos problemáticos al final del estudio. En conclusión, se destaca que esta etapa educativa presenta grandes problemáticas a nivel nacional, estatal y municipal que requieren atención para su superación, tales como: frecuentes cambios curriculares sin consulta ni planificación a las comunidades escolares; docentes con sobrecarga de trabajo, sin oportunidades adecuadas de formación continua y de planificación didáctica; y estudiantes insatisfechos en relación a sus intereses sobre su formación integral y sin las condiciones necesarias para dedicarse al estudio

Palabras clave: nueva educación secundaria, datos educacionales, política educativa, Jaguarão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Município de Jaguarão.....	18
Figura 2 - Localização das escolas no Município de Jaguarão.....	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Aprovação (em %) dos alunos do Ensino Médio: 1º ano, Jaguarão, 2016 - 2022, por escola e por ano	35
Tabela 2 - Taxa de Reprovação (em %) dos alunos do Ensino Médio: 1º ano, Jaguarão, 2016 - 2022, por escola e por ano	38
Tabela 3 - Taxa de Abandono (em %) dos alunos do Ensino Médio: 1º ano, Jaguarão, 2016 - 2022, por escola e por ano	41
Tabela 4 - Números total de estudantes por índice educacional e geral do Ensino Médio: 1º ano, por ano, 2016 – 2022.....	44
Tabela 5 - Taxa de Distorção Idade-Série dos alunos do Ensino Médio: 1º ano, Jaguarão, 2016 - 2023, por ano	46
Tabela 6 – Indicador Socioeconômico das Escolas estaduais de Jaguarão, nos anos de 2019 e 2021, relativo ao Ensino Médio	48
Tabela 7 – Índice de adequação docente médio no período entre 2016 e 2023, para o ensino médio	51

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CECAR – Colégio Estadual Carlos Alberto Ribas

CNW – Colégio Nelson Wortmann

EEEMHPA – Escola Estadual de Ensino Médio Hermes Pintos Affonso

EM – Ensino Médio

EMEBLR – Escola Municipal de Educação Básica Lauro Ribeiro

FMI - Fundo Monetário Internacional

FGB - Formação Geral Básica

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEESS – Instituto Estadual de Educação Espírito Santo

IFSUL – Instituto Federal Sul-rio-grandense

MEC - Ministério da Educação

NEM – Novo Ensino Médio

RCR - Relatório Crítico-Reflexivo

RS – Rio Grande do Sul

SEDUC-RS - Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE JAGUARÃO (RS).....	15
2.1	Sobre a pesquisa diagnóstica da situação do Ensino Médio nas escolas de Jaguarão	15
2.2	A Educação Básica em Jaguarão.....	18
2.3	Desafios para a sociedade e as instituições de Educação Superior	21
3	ENSINO MÉDIO: COMO ESTAMOS? COMO ENFRENTAR A REFORMA? ...	23
3.1	Breve histórico sobre o Ensino Médio	23
3.2	A dualidade historicamente em disputa	27
3.3	NEM - “Novo” Ensino Médio	29
4	SITUAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DE JAGUARÃO.....	33
4.1	O NEM e os dados estatísticos: é possível observar alguma melhora? ..	53
4.2	Outras políticas educacionais	55
5	DA INTERVENÇÃO: ENSINO MÉDIO EM JAGUARÃO: COMO ESTÁ? O QUE QUEREMOS?	60
5.1	O projeto de extensão.....	62
5.1.1	1º Tema - Os dados estatísticos como instrumento de informação da situação atual.....	64
5.1.2	2º Tema - Presente: o Novo Ensino Médio	67
5.1.3	3º Tema - O futuro: as mudanças no Ensino Médio através dos Projetos de Lei	68
5.2	Análise das discussões ocorridas durante a intervenção	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS.....	84
	ANEXOS	88

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório Crítico-Reflexivo (RCR), que tem como referência o Projeto de Intervenção previamente aprovado, é a atividade curricular culminante do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e requisito para a obtenção de Mestre.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unipampa, escolhi pesquisar sobre o Ensino Médio, em especial o ofertado pelas escolas públicas. Esse interesse surgiu de uma trajetória acadêmica realizada totalmente em instituições públicas, desde o Ensino Fundamental até a Educação Superior e, agora, na Pós-Graduação. Por essa trajetória, acabei optando por realizar o estudo e a intervenção com foco na rede pública de ensino.

A decisão de pesquisar sobre o Ensino Médio, com a finalidade de contribuir para a melhoria da sua gestão na minha cidade, partiu da realidade percebida desde estudante dessa etapa, onde amigos e conhecidos acabavam não completando a Educação Básica no período ideal ou sequer a completavam. A reprovação no 1º ano do Ensino Médio foi um dos maiores gargalos que encontraram. Acreditava eu que esse problema teria sido minimizado no decorrer do tempo mas, ao pesquisar, percebi a manutenção do problema.

Somado a esse fator, moveu-me a visão de que a instituição em que estudei e trabalho pode atuar mais nesta situação. Minha trajetória na Unipampa começa como estudante, no ano de 2009, no curso de Letras para Licenciatura em Português e Espanhol e prossegue ao ser nomeado servidor público, da área técnica-administrativa, em 2016. Durante esse período, percebo como ainda incipiente a interação entre a Unipampa, em especial o Campus Jaguarão do qual faço parte, e as escolas da etapa final da Educação Básica, o Ensino Médio, mesmo sendo este voltado para a área educacional.

O objetivo geral do meu Projeto de Intervenção foi analisar a realidade local com uma breve noção histórica e visão prospectiva, através de dados disponíveis sobre as escolas de Ensino Médio de Jaguarão e de conversas com a comunidade escolar destes estabelecimentos, a fim de encontrar possibilidades de melhoria visando atender a Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE). Os objetivos

específicos deste trabalho foram: analisar a situação do Ensino Médio nas escolas de Jaguarão, em breve perspectiva histórica, mediante as bases de dados oficiais através dos indicadores de âmbito nacional, regional e municipal; e estudar, analisar e dialogar sobre a Reforma do Novo Ensino Médio, estabelecida em âmbito nacional pela Lei nº 13.415 de 2017 e cuja implantação pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS) foi efetivada em 2022, conquanto se encontre em debate no País. A finalidade foi, pois, contribuir para a melhoria da escolaridade da população local, seja pelas práticas da gestão educacional ou pelo apoio social aos adolescentes, jovens e adultos aptos ao ingresso ou reingresso no Ensino Médio; disponibilizar aos profissionais da Educação Básica um espaço de natureza participativa, visando oportunizar desenvolvimento pessoal e profissional, com sentido de planejamento institucional, em face dos desafios que se apresentam pelas metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Médio, no contexto local e do retorno às atividades presenciais pós-pandemia de COVID-19, com seus impactos na educação escolar. Almejo também potencializar futuros projetos de pesquisa e de extensão no Campus Jaguarão da Unipampa, visando o desenvolvimento do planejamento da educação e a qualificação institucional das escolas da região, em especial das escolas de Ensino Médio.

Para entender a problemática do Ensino Médio, mobilizadora desta proposta, e a situação educacional da localidade de Jaguarão, busquei compreender as metas de escolarização aprovadas no Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2014), no Plano Estadual de Educação - PEE-RS (Rio Grande do Sul, 2015) e no Plano Municipal de Educação - PME-Jaguarão (Jaguarão, 2015) para essa etapa. Destaco, entre as metas do PNE, a terceira que objetiva a universalização do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e a elevação da taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%; a sexta meta que aponta a necessidade de oferta de tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas; e a sétima meta, de fomento à qualidade da Educação, buscando atingir o IDEB de 5,2 para o Ensino Médio, até o final de vigência do PNE, em 2024.

Observando a situação educacional em face das metas traçadas pelo PNE, percebe-se sua ousadia e a dificuldade de obter o sucesso esperado, considerando a crise político-cultural de desvalorização da Cultura, da Ciência e da Educação, a crise econômica e de desemprego, assim como a ocorrência da pandemia de COVID-19 no período de vigência do plano. Não bastassem essas imponentes

circunstâncias, as escolas estão sendo mais recentemente afetadas por alterações ditadas pela Reforma do Ensino Médio, instituída desde a Lei nº 13.415, de 2017. Essa reforma, proposta pelo Poder Executivo Federal logo após o Golpe de 2016, foi anunciada como um incentivo para os estudantes seguirem seus estudos, posto que o modelo anterior não atendia a suas necessidades e interesses. Ao mesmo tempo, ampliou-se a implantação de escolas de tempo integral com o objetivo de atender a Meta 6 do PNE; e todas as mudanças foram associadas a melhorias dos índices educacionais.

É oportuno mencionar que em decorrência do PNE, considerando a organização federativa do Brasil, os estados tiveram que realizar seus planos estaduais de educação (PEE). O gaúcho, aprovado em 25 de junho de 2015, apresenta como estratégias para atendimento às metas definidas pelo PNE: a ampliação de vagas; o fortalecimento dos mecanismos de acesso, através de redes de apoio e atendimento, incluindo os conselhos tutelares, as políticas de assistência social, entre outros; a diminuição da defasagem idade-série com a criação de programas e ações para correção do fluxo e redução dos índices de reprovação e evasão; a melhoria da estrutura física das escolas; a disponibilidade dos espaços escolares para uso da comunidade; e o fortalecimento da gestão democrática com a participação da comunidade. Um vasto rol de estratégias, todas importantes para o cumprimento das metas, as quais necessitam de investimento e acompanhamento para que sejam atingidas.

Verificar o andamento dessas metas e estratégias, principalmente a universalização da frequência à escola dos 14 aos 17 anos, bem como as condições de ensino e de aprendizagem foram objetivos implícitos deste trabalho. Para tanto, procurei dados oficiais disponíveis sobre reprovação e abandono, visando entender como se encontrava essa situação. Esses dados foram observados a partir do ano de 2016, para compreensão da situação nos últimos anos em Jaguarão. No entanto, só a análise dos índices educacionais não era suficiente para compreender o problema e procurar alternativas. Como compreende Saraiva (2020) em sua tese, esses números são resultado de um processo histórico e em constante construção, sendo necessário problematizá-los e relacioná-los com as realidades vividas.

Neste texto problematizo alguns indicadores disponíveis, agrupando-os para utilização na intervenção e discutindo os resultados obtidos junto à comunidade

local, buscando entender os condicionantes locais e os efeitos das políticas nacionais e estaduais nas escolas públicas de Ensino Médio.

Este Relatório Crítico-Reflexivo encontra-se estruturado a partir da presente Introdução com mais quatro seções. Na seção dois, apresento a metodologia usada no diagnóstico inicial da situação da Educação Básica no Município de Jaguarão, com dados sobre a localidade e uma visão geral dos indicadores educacionais. Na seção três, busco trazer um histórico sobre o Ensino Médio no Brasil, através da passagem de diferentes governos e políticas educacionais, destacando a dualidade marcante dessa etapa e finalizando com a última grande alteração realizada: a Reforma do Ensino Médio. Na seção quatro, comento brevemente sobre a situação educacional de Jaguarão e destaco outras políticas educacionais que possuem por alcance o Ensino Médio. Na seção cinco apresento o projeto de extensão utilizado para intervenção, explicando sua formulação, a motivação para a escolha das atividades e o resultado das discussões realizadas na intervenção e na última seção, apresento as considerações finais sobre o trabalho realizado.

2 SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE JAGUARÃO (RS)

Começo esta seção com os estudos realizados no sentido de contextualizar o planejamento e a ação investigativa do Projeto de Intervenção. Nela são apresentados elementos da situação educacional, a partir de dados disponíveis em plataformas oficiais do INEP e da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, com foco no Ensino Médio e particularmente no 1º ano desta etapa, visando dimensionar alguns dos principais desafios da democratização da educação nesta localidade, o Município de Jaguarão. Procurei condensar informações, à luz de pesquisas realizadas por diversos autores, com a finalidade de analisar e entender a problemática assim como o debate com a comunidade, no momento da intervenção.

2.1 Sobre a pesquisa diagnóstica da situação do Ensino Médio nas escolas de Jaguarão

A primeira etapa dos estudos individuais no Mestrado foi uma pesquisa de caráter diagnóstico com a finalidade de melhor compreender a realidade local e, por conseguinte, planejar o trabalho de intervenção, pelo qual busquei compartilhar e debater a situação do município de Jaguarão, no tocante a essa etapa de ensino. Visando uma perspectiva, focalizei o período de 2016 até 2023. Primeiramente, busquei os dados disponíveis nos portais digitais das principais instituições governamentais, os chamados indicadores educacionais, de acesso público. Explorei as bases de dados e publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão oficial que centraliza e divulga as informações estatísticas e de avaliações da Educação Básica, abrangendo a totalidade das escolas públicas e privadas no âmbito federativo. Dentre os dados examinados, utilizei indicadores de Aprovação/Reprovação e Abandono; Índice Socioeconômico, Taxa de Distorção Idade-Série, Índice de Adequação Docente e quantitativo de matrículas. Simultaneamente busquei conhecer fontes de dados e plataformas que os analisam e interpretam com diferentes finalidades, como grupos de pesquisa e observatórios universitários ou entidades privadas como fundações e institutos, os quais também fazem intervenções nos processos de planejamento e avaliação educacional. Esta foi uma etapa importante para uma visualização

panorâmica da Educação Básica nas suas diversas etapas e redes da competência de distintos entes da federação, posto que dados estatísticos possibilitam um diagnóstico focado ou mais amplo da situação do ensino no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Jaguarão.

Esses dados foram analisados com a finalidade de observar a condição geral dessa etapa de ensino e destacou-se de imediato: o elevado índice de retenção no primeiro ano do Ensino Médio, através da reprovação e abandono, ativando minhas memórias da época de estudante do Ensino Médio, quando as escolas possuíam turmas de primeiro ano do Ensino Médio em quantidade igual ou superior aos outros anos somados. Resumindo, uma quantidade considerável de estudantes reprovava no 1º ano e, infelizmente, vários destes abandonavam os estudos. À época, eu não tinha a percepção dos motivos do “inchado” primeiro ano em detrimento dos outros anos do Ensino Médio. Recordo de escolas com 6 turmas de primeiro ano e 4 turmas somando os dois anos seguintes.

Essa recordação permitiu-me perceber não ser um fato novo ou esporádico, mas um problema que perdura há muito tempo, nessa etapa de ensino, posto que cursei o Ensino Médio no início dos anos 2000. Partindo, então, para a visualização dos dados educacionais atuais, deparei-me, lamentavelmente, com a manutenção do fato e, como estudante/pesquisador, senti-me atizado para compreender os principais fatores causadores do persistente problema. Pesquisando acerca do assunto, deparei-me com a contribuição de Franceschini, Ribeiro e Gomes (2017, p. 4) ao comentarem que os dados “indicam que o pior desempenho escolar durante o EM se dá na primeira série, em que são observados os maiores percentuais de reprovações, abandono escolar e distorção idade-série”. A ideia inicial era aprofundar-me na problemática da reprovação, no entanto, com mais leituras sobre o tema, percebi a necessidade de ampliação dos dados pesquisados, para que com um número maior de indicadores, relativos a um período de tempo maior, pudesse obter melhor entendimento da dinâmica dessa etapa.

Durante o levantamento de dados junto às plataformas, com foco nos dados disponibilizados pelo INEP, valorizei a observação de Natália Gil (2018, p. 5) de que “a importância socialmente atribuída às estatísticas tem se assentado amplamente na crença compartilhada de que estas apresentariam uma descrição neutra e objetiva da realidade”. Realmente ocorre uma valorização maior dos dados estatísticos pela sociedade em detrimento das informações qualitativas, como

propostas, testemunhos, opiniões e reivindicações, ainda que bem fundamentadas. São ressaltados principalmente pelos governantes e meios de comunicação, como descritores da realidade educacional; e são, em geral, a principal fonte no planejamento e análise de políticas públicas; erros e acertos de políticas e métodos educacionais são categorizados a partir de alguns poucos e restritos dados.

Dados estatísticos e de provas podem indicar problemas na Educação Básica, em suas etapas ou mesmo em determinados pontos da escolaridade de uma população ou de uma escola, no entanto jamais consegue-se abranger - e muito menos isolar - todas as variáveis incidentes no ensino, na aprendizagem ou na organização do trabalho escolar. Mateus Saraiva (2020, p.16) aponta em sua tese que “Toda a política de números é a política com números de alguém”, quando, em vez de focar na problemática ou exaltar a atuação coletiva em um processo complexo, associam-se melhoras ou pioras, por maiores ou mínimas, a um governo ou governante de tempo limitado, a uma causa dentre tantas, a depender do objetivo do interlocutor. Ou seja, números também servem à apropriação dos resultados de quem, por quem? Considerar simplesmente os dados estatísticos sem verificar as circunstâncias locais, não permite ter uma visão da localização e dos sujeitos das dificuldades, das desigualdades e das injustiças.

É saudável questionar e analisar uma problemática por diferentes óticas, na busca de diferentes referências que podem ter maior ou menor relevância no contexto analisado. Esse ponto é ressaltado por Gil (2018) ao pontuar que

as estatísticas são produzidas a partir de finalidades definidas por indivíduos determinados e restritas à possibilidade de apresentar apenas números constrangidos por categorias determinadas, as estatísticas mostram aspectos parciais da sociedade. (Gil, 2018, p.5)

Portanto, estou ciente de que aspectos parciais foram o ponto de partida da análise deste trabalho, um diagnóstico relativamente limitado, com o objetivo de preparar as bases para a intervenção: localizar possíveis problemas e suas causas; e fundamentar o questionamento à comunidade escolar em relação à sua realidade, o que muitas vezes esgueira-se das pesquisas oficiais.

Procurei observar os dados relativos ao Ensino Médio no município de Jaguarão, onde permanece preocupante o cenário encontrado referente ao primeiro ano desta etapa. Busquei analisar com mais profundidade os últimos 8 anos

disponíveis (2016-2023), referentes às escolas que oferecem Ensino Médio Regular no município. Jaguarão possui 3 escolas da rede estadual, 1 escola da rede municipal, sendo a única rural, 1 escola particular e 1 Instituto Federal que ofertam o Ensino Médio. São, portanto, 6 unidades escolares. A maioria das matrículas nessa etapa encontra-se na rede estadual, semelhante à realidade nacional, visto que esse nível educacional é responsabilidade dos governos estaduais.

No próximo subtítulo apresento um panorama da situação educacional em Jaguarão, relacionada a dados das esferas estadual e nacional.

2.2 A Educação Básica em Jaguarão

Para localizar a situação educacional que é objeto do estudo apresento dois mapas e um resumo de dados gerais do município de Jaguarão, suas escolas e alguns dos desafios apontados para mitigar as dificuldades da Educação Básica na localidade.

O município de Jaguarão, localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, tem uma população recenseada de 26.603 em 2022, segundo censo do IBGE¹.

Figura 1 – Localização do Município de Jaguarão

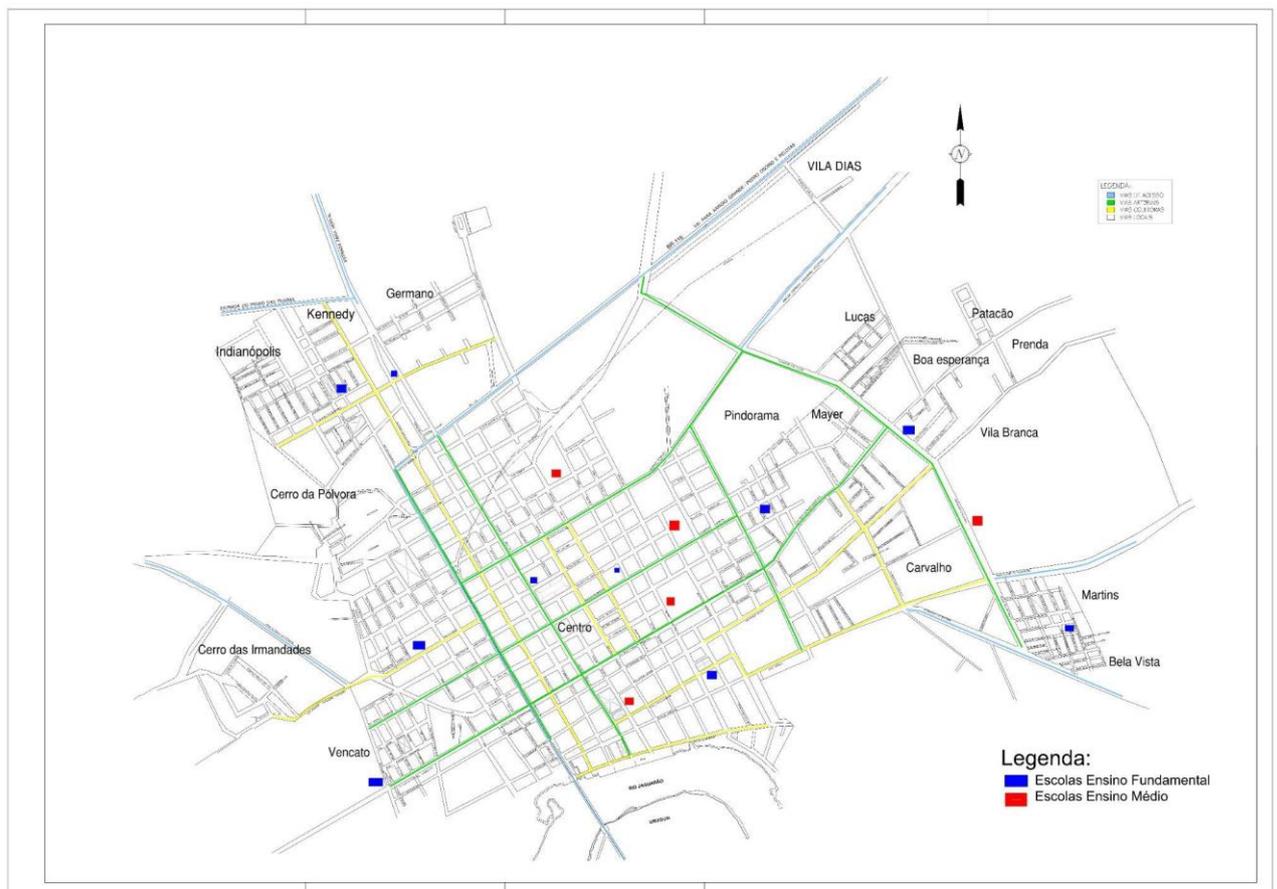


Fonte: Prefeitura de Jaguarão (<https://www.jaguarao.rs.gov.br/localizacao-da-cidade/>). Acesso em 09/11/2022.

¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>

A cidade de Jaguarão possui um índice de analfabetismo de 6,2% no ano de 2010² abaixo dos 9,4% registrados para o Brasil³. Com uma economia baseada em agropecuária (47,71%) e serviços (33,36%) no ano de 2021, a cidade possuía 16,9% da população ocupada formalmente no mercado de trabalho, com um rendimento médio mensal de 2 salários mínimos⁴. Com 92,90% dos domicílios localizados na zona urbana em 2010, as escolas acabam se concentrando na zona urbana (32 na zona urbana e 5 na zona rural).

Figura 2 - Localização das escolas no Município de Jaguarão



Fonte: Mapa Viário de Jaguarão (disponível em <https://www.jaguarao.rs.gov.br/plano-diretor/>) com marcações das escolas pelo autor do texto)

² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/pesquisa/23/25124>

³ <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,3,4,-3,128&ind=4693>

⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>

O município de Jaguarão tem na sua Educação Básica, segundo o Censo Escolar de 2023 (INEP), 35 escolas. Dessas, 26 são públicas, 16 com anos iniciais do Ensino Fundamental, 12 com anos finais e 5 com Ensino Médio. As escolas públicas que disponibilizam o Ensino Médio são 3 estaduais, 1 instituto federal e 1 municipal. As escolas particulares são 9 sendo 7 de Educação Infantil, 1 somente com anos iniciais do Ensino Fundamental e 1 com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio. Caracterizada pela predominância de escolas urbanas, Jaguarão possui uma boa taxa de escolarização dos 6 aos 14 anos, com 97,1% das crianças nessa faixa etária matriculadas, segundo último levantamento realizado em 2010. O IDEB da rede pública, no ano de 2021, era de 5,4 nos anos iniciais, abaixo da meta estabelecida de 6,1 para a etapa. Nos anos finais do Ensino Fundamental o IDEB é 4,8, abaixo da meta de 5,1 para o ano. Historicamente, o IDEB decai dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental. Vale ressaltar, que o ano analisado é 2021, quando praticamente não houve reprovação, em função da pandemia Covid-19. Logo, essa queda do IDEB dos anos iniciais para os finais, com perda de 0,6 pontos é caracterizada por um declínio na pontuação das provas avaliativas, visto que o índice de aprovação é próximo (0,94 para os anos iniciais e 0,93 para os anos finais). No entanto, a nota padronizada do SAEB cai de 5,77 nos anos iniciais para 5,21 nos anos finais, um declínio de aproximadamente 10%⁵.

Na avaliação da Prova Brasil, no ano de 2021, as escolas públicas dos anos iniciais foram consideradas proficientes em Português mas com um nível básico em Matemática, pois obtiveram 209,99 e 209,03 pontos nas avaliações⁶. Nos anos finais do Ensino Fundamental, apresentaram o nível básico em Português e Matemática, com 257,51 e 254,8, respectivamente. Para o Ensino Médio, a única avaliação disponível é do ano de 2019, com IDEB de 4,2, próximo a meta projetada para 2021, de 4,4. É possível observar que um dos fatores no desempenho do primeiro ano do Ensino Médio, é o declínio de aprendizagem no decorrer da Educação Básica, com estudantes obtendo resultados inferiores nos anos finais da Educação Básica quando comparados aos anos iniciais.

Destaco a formulação do IDEB, criado no ano de 2007, através do Decreto 6.094/2007, visando medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas futuras para a educação, o qual é produto da taxa de aprovação pela nota obtida na

⁵ <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>

⁶ <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>

Prova Brasil, em relação às metas definidas na Meta 7 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014).

É pertinente ressaltar a questão estrutural das escolas de Ensino Médio, principalmente das estaduais. O Colégio Estadual Carlos Alberto Ribas encontra-se provisoriamente utilizando um prédio da Universidade Federal do Pampa, desde novembro de 2023, em razão de interdição do seu prédio principal, por perigo de desabamento. Há uma reforma para estabilização do prédio, em um primeiro momento e, posteriormente, outra obra será necessária a fim de possibilitar o uso do prédio principal da escola. A Escola Estadual Hermes Pintos Affonso tem seu pátio aberto em grande parte, mas sendo uma escola-piloto da política de Ensino em Tempo Integral do Rio Grande do Sul, há necessidade de adequações e de mais espaços. Devido a situação, esta escola encerrou as matrículas de primeiro e segundo anos do Ensino Fundamental. Em condição melhor, encontra-se o Instituto Estadual Espírito Santo, por possuir dependências próprias, espaço amplo e uma quadra coberta compartilhada com outras atividades promovidas pelo Município, mas disponível à escola em alguns turnos e dias.

As escolas de Ensino Médio não pertencentes à rede estadual contam com estrutura física mais qualificada. A escola particular aluga um prédio central e qualificando anualmente aspectos físicos, mas ainda sem possuir quadra esportiva própria. O Instituto Federal tem uma boa estrutura, embora sem quadra de esportes coberta disponível. Já a escola municipal, que é situada em uma propriedade privada na zona rural, dispõe de boa infraestrutura.

A infraestrutura é importante para uma boa qualidade educacional. Porém, um fator é ainda mais determinante são os profissionais atuantes. As condições de formação e de disponibilidade para o trabalho dos profissionais de educação serão detalhadas mais adiante, na seção que apresenta também os principais dados sobre os estudantes e o rendimento nas escolas de Ensino Médio.

2.3 Desafios para a sociedade e as instituições de Educação Superior

Em qualquer notícia que trata dos resultados das avaliações em larga escala no Brasil, é recorrente apontar a necessidade de melhoria. Melhorar a qualidade da educação pública é urgente e sempre levantada nos planos de governo de qualquer esfera federativa. Tradicionalmente, no País, o enfoque educacional maior recai

sobre a Educação Básica, devido aos grandes desafios a serem superados, em relação a acesso, permanência e qualidade. Nesse contexto, as universidades públicas podem desenvolver um importante papel, quer seja na formação inicial ou continuada dos profissionais e nos diálogos junto aos governos e sociedade civil. A Unipampa, Campus Jaguarão, possui o Programa de Pós-Graduação em Educação, comprometido com a formação profissional, principalmente na preparação para lecionar e na gestão educacional. A Universidade Federal do Pampa surgiu da ideia de interiorização e democratização da universidade pública, com vistas a desenvolver a metade sul do Rio Grande do Sul, tendo como um de seus princípios norteadores a democratização da educação pública, gratuita e de qualidade. O impacto na área educacional, na região de abrangência do Campus Jaguarão, é notório, por exemplo, pela quantidade de egressos aprovados em concursos públicos para a Educação Básica nos municípios de Jaguarão e Arroio Grande, assim como através do Programa de Pós-Graduação em Educação, o qual já qualificou mais de 100 profissionais da área educacional na região.

Contribuir para melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento regional segue sendo um desafio para a UNIPAMPA, frente aos cortes orçamentários que têm incidido no setor educacional, há vários anos. Ressaltar essa importância após um período pandêmico, com consequências educacionais que ainda seguem, aumenta a responsabilidade de buscar conhecimento e promover melhorias na área educacional.

Para compreender melhor a situação, as ideias e as propostas e metas da sociedade brasileira, passo a analisar o Ensino Médio propriamente dito.

3 ENSINO MÉDIO: COMO ESTAMOS? COMO ENFRENTAR A REFORMA?

Nesta seção elaboro sobre o Ensino Médio com um breve histórico desta etapa escolar, caracterizando a sua polêmica dualidade de finalidades socialmente hierarquizadas e quais os caminhos percorridos até a reforma estabelecida pela Lei de 2017. Indico, ainda, as possíveis alterações que estão em discussão.

3.1 Breve histórico sobre o Ensino Médio

O Ensino Médio é atualmente a etapa final da Educação Básica. Anteriormente tratado como uma etapa preparatória para o Ensino Superior ou, antes, para acesso a cargos públicos, durante o período do Brasil Império. Segundo Marchand (2006) na Primeira República (1889-1930) após duas tentativas frustradas de reformas educacionais, a de Benjamin Constant em 1890 e a de Epitácio Pessoa em 1901, as quais tentaram alterar a tônica do ensino secundário, como era chamado à época o atual Ensino Médio, a reforma Rivadávia Correa, em 1911, acabou causando uma desestruturação do ensino secundário, ao permitir o acesso ao Ensino Superior sem necessidade de comprovação de frequência ou aprovação no anterior. Sendo necessária somente a aprovação em um exame vestibular, essa reforma causou tanta desorganização, que no ano de 1915 uma nova reforma, a Maximiliano, restabeleceu o Colégio Pedro II como modelo a ser seguido no ensino secundário, com duração de cinco anos. No entanto, a mesma retornou ao modelo dual de estabelecimentos públicos com sistema seriado de cinco anos e colégios particulares podendo oferecer também exames parcelados, sem necessidade de frequência e seriação, até a certificação correspondente ao ensino secundário. O exame vestibular foi mantido para ingresso no Ensino Superior.

Em 1925, destaca Marchand (2006), percebendo as dificuldades relativas ao ensino secundário, iniciou-se a Reforma João Luiz Alves, com o intuito de implantar um ensino seriado de seis anos, de frequência obrigatória, na tentativa de pôr fim aos exames parcelados. No entanto, devido a pressões sociais e apenas por meio de decretos, a frequência obrigatória foi retirada, mas mantida a apresentação de certificado de conclusão para ingresso no Ensino Superior. Em uma sociedade de industrialização recente, o ensino secundário tinha seis anos de duração, no entanto

somente cinco anos eram requeridos para acesso aos vestibulares; o sexto ano conferia o grau de bacharel em ciências e letras. Como o objetivo da classe média era acender as Universidades, esse sexto ano acabava esvaziado e quem possuía condições financeiras, acabava por realizar os exames parcelados nas instituições privadas.

No período seguinte, chamado de Segunda República (1930-1937), a educação foi alçada à salvadora da sociedade, capaz de sanar todos os problemas. Segundo Marchand (2006) em 1931, a Reforma Francisco Campos definiu o ensino primário e secundário, seriados e com frequência obrigatória, sendo exigidos certificados de conclusão para acesso ao Ensino Superior. Nesta ocasião, foi conferida aos estados e municípios a responsabilidade pela oferta do ensino elementar e secundário. O exame de admissão passou a ser requisito para acesso ao ensino secundário ou para o ensino comercial. O ensino secundário permitia ascensão ao Ensino Superior em áreas como engenharia, arquitetura, medicina ou farmácia, enquanto o ensino comercial preparava para administração e finanças, em um começo de divisão das finalidades do Ensino Médio. Ressalto ainda o importante documento chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁷, em 1932, por fundamentar o direito à educação sem distinção de classes, propondo a democratização do ensino. Esse manifesto influenciou as discussões da Constituição de 1934, a primeira a trazer um capítulo inteiro sobre a educação.

No período chamado de Estado Novo (1937-1946) tivemos uma alteração da Constituição, em 1937, e a chamada Reforma Capanema em 1942. Através do Decreto 4.244, de 1942, segundo Marchand (2006), o ensino secundário ficou dividido em vários ramos (secundário, normal, industrial, comercial e agrícola), todos com 2 ciclos, com o primeiro, designado de ginásio, tendo quatro anos de duração e o segundo, designado de colegial, que variava conforme o ramo e este limitava o acesso a algumas áreas do Ensino Superior. Para ingresso nos ramos do secundário que permitiam acesso aos cursos superiores mais prestigiados, era necessário um exame de admissão. Os jovens que não obtinham êxito em exames de admissão eram destinados aos cursos industrial, agrícola ou comercial, considerados menos importantes e com limitação de acesso aos cursos superiores de mesma área. Nesta época também havia exames de suficiência para progredir de

⁷ Disponível em:

https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf

ano e o exame de licença, para conclusão do ensino secundário. O exame vestibular servia para o ingresso ao Ensino Superior.

A Quarta República (ou República Nova) é o período de 1946 a 1964. Nesse período ocorreu a promulgação de uma nova Constituição, em 1946, a qual não causou grandes alterações na área da educação de nível médio. O ensino passou a ser obrigação do Estado. Marchand (2006) define essa obrigação como marca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 ao afirmar “a educação continuou sendo direito de todos e deveria ser dada no lar ou na escola, cabendo à família escolher o gênero de educação que desejava oferecer aos seus filhos”(p. 138). Nesse período houve um aumento das matrículas na rede privada de ensino em geral, devido à LDB não garantir suficientes vagas para ingresso e continuidade do ensino. Para ingresso no disputado ciclo ginasial, era necessário o exame de admissão e os ramos foram diminuídos a 3: secundário, normal e técnico. O primeiro ciclo, o ginasial, era composto de 4 anos e o segundo, colegial, de 3 anos.

Chegamos ao período da mais recente Ditadura Militar (1964-1985) com o milagre econômico (1964-1973) e a recessão (1974-1985). Com a promulgação da Constituição de 1967 e a rápida expansão econômica, surgiu a necessidade de mão de obra qualificada. Nessa época ocorrem os acordos entre o Brasil e a Agency for International Development (AID) dos Estados Unidos da América, conhecidos como MEC-USAID, com foco em assessoria técnica para melhorias no Ensino Médio. Decorre desses acordos, a Lei nº 5.692 de 1971 que acabou com

A nomenclatura do ensino primário e médio é modificada para 1º e 2º graus. Com esta modificação uniu-se a escola primária com o primeiro ciclo ginasial, o que resultou num ensino de 1º grau de 08 anos de duração. O ensino de 2º grau, de duração de três ou quatro anos, com 2.200 ou 2.900 horas de trabalho efetivo, conforme previsto para cada habilitação, integrou os vários ramos do antigo curso colegial, ou seja não havia mais curso secundário e técnico e sim um curso que deveria dar uma formação geral e uma formação profissional, técnica ou parcial. (Marchand, 2006, p.56)

Nesse período foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ocorre a expansão do Ensino Superior e a instituição do vestibular unificado para todos os cursos universitários. Observando o Censo Demográfico de 1980, percebe-se o afunilamento da escolaridade, sendo bastante restrito o acesso ao 2º grau. Nessa época, as matrículas no Ensino Fundamental no Brasil somavam 24,8 milhões e no 2º grau, somente 3 milhões (IBGE, 1980). Ao analisar o Rio Grande do Sul, a população de 5 a 14 anos era de 1.648.922 habitantes, com 1.166.147

habitantes que sabiam ler. Do total de 7.773.837 habitantes do estado, 5.709.011 habitantes sabiam ler, mas apenas 773.035 habitantes tinham estudado 8 anos ou mais; e somente 270.184 habitantes tinham mais de 11 anos de escolaridade (IBGE, 1980).

Com a Nova República, a partir de 1985, marco importante é a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Dela decorrem outras leis importantes como a Lei nº 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que conjuntamente definem a educação como um direito social universal e incluindo o Ensino Médio como etapa da Educação Básica. Surge, concomitantemente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), instituído pela Emenda Constitucional 14 de 1996, transformada na Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996, com o sentido de descentralizar e promover relativa equalização dos recursos financeiros entre os municípios de cada estado. Com a necessidade de financiamento para o Ensino Médio e a Educação Infantil faz-se a ampliação e aperfeiçoamento desta política com o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007. Concomitantemente, a União amplia políticas educacionais distributivas e indutivas, como transporte escolar, alimentação, livro didático, entre várias. Dessas, algumas serão discutidas oportunamente nesse texto, em função das necessidades do Ensino Médio.

Sob influência da agenda transnacional de corte neoliberal, uma visão mais capitalista e de cobrança de resultados diante do valor investido na área educacional vai se instalando no País. Essa foi uma característica ressaltada no Caderno 1 da Etapa 1 do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio :

[...] a nova configuração imposta ao Estado brasileiro e as mudanças de natureza em sua dimensão pública tenderam, assim, a transplantar para o seu interior a racionalidade econômica do setor privado, substituindo critérios republicanos de gestão social por critérios privatistas. (Brasil, 2013, p.22)

Tal racionalidade acaba por ter fortes influências nas políticas curriculares, inclusive do Ensino Médio, que se sobrepõem ao signo de democratização. Notoriamente, a dualidade entre formação propedêutica e técnica foi acentuada. Na próxima etapa do texto, trato mais sobre essa disputa de forças na educação.

3.2 A dualidade historicamente em disputa

Como visto, no Brasil, o Ensino Médio passou por diversas fases, mas sempre com uma característica marcante: a disputa social. Historicamente, a atribuição dessa etapa como de livre acesso a todos os cursos superiores e a toda população ocorre em embate com as elites que propugnam um acesso restrito a quem trilha a escola sem dificuldades e pode continuar seus estudos, mantendo o *status quo* ou um acesso aberto porém segmentado, com distinções para uma grande parte da população. Ou seja, escolas públicas com enfoque profissionalizante ou ensino técnico, escolas privadas ou públicas de elite com enfoque cultural e científico, para a continuidade nos estudos superiores.

Essa disputa revela-se nas propostas e nas alterações de leis que regem essa etapa de ensino. Nas últimas décadas, no período que foi caracterizado como República Nova, têm se alternado no Poder Executivo Federal governos com maior aderência aos interesses do empresariado e da classe média conservadora e governos mais responsivos às pautas dos direitos sociais. Assim, instalam-se políticas de redução do Estado, ao mesmo tempo gerencialistas e focadas em resultados numéricos, chamando à resistência os defensores da justiça social e da ampliação de direitos, que no campo da Educação empenham-se pela ampliação da escolaridade com equidade, a democratização do conhecimento e a formação integral para exercício da cidadania.

Um legado do período ditatorial no Brasil foi a dívida pública. Planos econômicos foram deflagrados e afetaram a educação. Na década de 1990, marcada por uma política neoliberal na economia e na administração pública, o Governo Federal delegou várias funções a estados e municípios sem correspondentes fundos, visando dispor de recursos para a diminuição da sua dívida. Como já mencionado, com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, firma-se uma nova distribuição federativa de responsabilidades no setor educacional, com os municípios assumindo a manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, ainda que esta última etapa possa ser compartilhada com os estados. A educação superior expande-se com uma explosão das instituições privadas.

No Ensino Médio, Marchand (2006) explica que as alterações são de gestão, focando em um modelo de mercado, com concepções mercantis, onde o foco é a produção de mão de obra qualificada para atender as necessidades dos empresários, ao mesmo tempo em que pretende uma racionalização dos investimentos públicos na área educacional. Essa dualidade fica mais explícita com o decreto 2.208 de 1997, que diferencia a educação de nível médio profissional e a propedêutica, sendo a profissional permitida a parceria com entidades privadas (outra semelhança com o NEM?). Esta etapa sofre influência do Fundo Monetário Internacional (FMI), que ao auxiliar o Brasil para superação da crise financeira remanescente da ditadura, acaba por definir algumas metas a serem atingidas, causando contenções de despesas na área social, o que inclui a educação.

Moraes (2006) define bem esse período ao dizer:

Os ajustes da economia brasileira ao novo contexto econômico foram acompanhados da presença de organismos internacionais, que passaram a orientar as reformas na educação em termos organizacionais e pedagógicos. As demandas da sociedade organizada foram, então, substituídas por medidas produzidas por especialistas e tecnocratas, geralmente assessores destes organismos multilaterais. (Moraes, 2006, p.402)

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo, através de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, e Dilma Rousseff de 2011 a 2016, novas alterações ocorreram na área educacional e econômica, como a integração do ensino técnico ao Ensino Médio, maiores aportes de recursos a essa etapa de ensino, através do FUNDEB, a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a inserção de metas para o Ensino Médio no PNE 2014-2024, o aumento da taxa de matrículas, a inserção da EJA junto ao ensino técnico, a expansão da rede federal de Ensino Médio, Técnico e Tecnológico, de nível superior.

Com a notável reorientação da política educacional e expansão da ação federal, Jaguarão recebe um campus universitário, da Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA, e um câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Esses projetos e investimentos tiveram a intenção de desenvolvimento regional, integração de conhecimento e trabalho, possibilitar mais escolhas de cursos aos estudantes, aumentar a interiorização da rede federal de ensino e promover a democratização do conhecimento.

Com o impeachment da Presidenta Dilma, assumiu a presidência da República o seu vice, Michel Temer; e, em questão de poucos meses, houve a emissão da Medida Provisória nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415/2017, que trouxe profundas mudanças no Ensino Médio mediante o chamado Novo Ensino Médio (NEM). Essa reforma, seus desdobramentos e o seu processo de implantação atual, é o tema da próxima seção.

3.3 NEM - “Novo” Ensino Médio

A Reforma do Ensino Médio, nomeada pelo MEC como “Novo Ensino Médio”, a partir da Medida Provisória nº 746/2016 e confirmada pela Lei nº 13.415/2017, teve como bandeira de divulgação a liberdade de escolha curricular pelos estudantes. Houve mudanças na carga horária total do Ensino Médio, na estrutura curricular e nas opções de formação apresentadas aos estudantes.

Um ponto importante foi a carga horária na escola, aumentada de 800 para 1000 horas anuais e prazo de implementação até 2022, posteriormente, para 1400 horas anuais, sem prazo definido. Dessa carga horária, a formação geral básica (FGB) possui um total de 1800 horas, distribuídas nos três anos dessa etapa. No Rio Grande do Sul, a distribuição definida pela Secretaria de Educação foi de 800 horas para o primeiro ano, 500 horas para o segundo e 500 horas para o terceiro, conforme Portaria nº 551/2023. Na parte flexível no Ensino Médio diurno e noturno, as 1200 horas foram distribuídas em 200 horas no primeiro ano, 500 horas no segundo e 500 horas no terceiro. Para o Tempo Integral, a parte flexível dispõe de 2700 horas distribuídas em 700 horas no primeiro ano, 1000 horas no segundo e 1000 horas no terceiro.

Esses itinerários foram a principal alteração causada pela Medida Provisória. Veiculada pelo MEC como a “liberdade de escolha” pelos estudantes, desde o início foi questionada por especialistas da área educacional. Em 2017, Krawczyk e Ferretti (2017) problematizaram que o

termo flexibilização é muito tentador porque remete, na fantasia das pessoas, à autonomia, livre escolha, espaço de criatividade e inovação. Mas flexibilização pode ser também desregulamentação, precarização, instabilidade da proteção contra a concentração da riqueza material e de conhecimento, permitindo a exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social. (Krawczyk e Ferretti, 2017, p.36)

Flexibilizar, nesse contexto, foi divulgado como autonomia mas ocultava a permissão de precarização com desregulamentação da formação do indivíduo, veiculada como liberdade de escolha. A seleção de um itinerário levaria ao aprofundamento no tema selecionado mas, concomitantemente, ao não conhecimento de outros. Mais que isso, os itinerários possuem características diferentes. Com a Lei nº 13.415/2017 foram definidos cinco áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional. A escolha de aprofundamento em um itinerário exclui a possibilidade de obtenção do conhecimento pertencente a outro. O Governo Federal, ciente da dificuldade financeira para implementação do itinerário de formação técnica e profissional, alinhado aos interesses da iniciativa privada, demandante de recursos públicos e profissionais com qualificação técnica, permitiu na Medida Provisória parcerias com a iniciativa privada para disponibilização dos cursos curtos, a utilização de educação a distância (EaD) nos itinerários, a contratação de profissionais de notório saber em vez de professores licenciados, entre outras “novidades”.

Em relação às disciplinas da formação geral básica, restaram obrigatórias nos três anos, apenas matemática, português e língua inglesa, com as outras ofertas sem a obrigação em todas as séries. Ao analisar a última portaria emitida pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul para a organização curricular das escolas públicas estaduais, a Portaria nº 551/2023⁸, para os estudantes que iniciam sua trajetória no Ensino Médio neste ano de 2024, por exemplo, a disciplina de artes ocorrerá somente no 2º ano, ensino religioso e filosofia somente no 1º ano e sociologia somente no 3º ano, o que pode ser considerado pior quando comparado ao total de horas que o estudante do Ensino Médio em tempo integral permanece na escola.

Para essa modalidade de Ensino Médio, temos nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul 800 horas de formação básica no primeiro ano, 500 horas no segundo ano e 500 horas no terceiro ano e, quando comparado ao tempo destinado aos itinerários formativos, que dispõem de 700 horas no primeiro ano, 1000 horas no segundo ano e 1000 horas no terceiro ano, esse processo de flexibilização é maior.

⁸ <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=942580>

Essa liberdade das redes escolares definirem a carga horária por disciplina foi uma das “inovações”, junto com os itinerários formativos. É interessante observar a presença do componente Projeto de Vida desde o sexto ano do Ensino Fundamental, mesmo sem a sua obrigatoriedade.

A referida Lei, ainda, destina competência à União na definição dos padrões de desempenho esperados e que a organização das cinco áreas de conhecimento, definida “em cada rede de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural” [§1º, Art. 35-A da Lei nº 9396/96]. Kuenzer (2017) caracteriza essa concepção educacional como subordinada à economia, ao comentar que

a política proposta pelo Banco Mundial renasce na Lei nº 13.415/2017, autoritária tanto na forma quanto no conteúdo, orientado pela flexibilização; seu eixo é a distribuição desigual e diferenciada, tanto da educação escolar quanto da formação profissional, para atender às demandas de um novo regime de acumulação. (Kuenzer, 2017, p.339)

O enfoque dessa articulação é a ocorrência junto aos meios produtivos, controlados historicamente por uma parcela da população, a qual pretende seguir com o regime de acumulação do capital. O art. 36, §1º, permitiu a possibilidade de parcerias público-privadas (PPP), que além de atender às necessidades das empresas locais, permite ao estudante realizar experiências de trabalho supervisionado fora do ambiente escolar e que esse tempo seja computado como carga horária do seu currículo.

A implantação do NEM segue sendo realizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mesmo após a suspensão pelo MEC em abril de 2023. Essa suspensão por parte do Ministério ocorreu em razão de consulta pública, a qual incluiu audiências públicas, oficinas de trabalho, reuniões com entidades, seminários e consultas online a estudantes.

Junto com a suspensão, o Ministério da Educação formulou o Projeto de Lei nº 5230/2023, encaminhado pelo Governo à Câmara dos Deputados visando a substituição de alguns pontos da Lei nº 13.415/2017. Dentre as alterações presentes na proposta estão o aumento da formação geral básica, para 2400 horas; a inclusão como disciplinas obrigatórias: biologia, química, física, filosofia, arte, educação física, língua espanhola, sociologia, história e geografia, juntando-se a português, matemática e língua inglesa; alterações dos itinerários formativos, anteriormente relacionados às áreas do conhecimento, agora destinados a trabalhar mais de uma

área, mas mantendo-se definidos em 5 áreas do conhecimento: linguagens, matemática e ciências da natureza; linguagens, matemática e ciências humanas e sociais; linguagens, ciências humanas e sociais e ciências da natureza; matemática, ciências humanas e sociais e ciências da natureza e a formação técnica; prioridade à formação técnica na oferta do Ensino Médio de tempo integral que terá, a partir de 2026, no mínimo 1.200 horas para oferta preferencialmente em turno que supere o único.

No entanto, durante a tramitação na Câmara dos Deputados, desde 26 de outubro de 2023, ocorreram alterações no Projeto de Lei enviado pelo Poder Executivo. As forças de oposição promoveram a indicação à relatoria, do deputado federal Mendonça Filho, que era, precisamente, o Ministro da Educação na época de elaboração e implantação da Medida Provisória que originou a Lei nº 13.415/2017, no governo Temer. Como consequência, outros projetos de lei relacionados ao tema, que tramitavam de forma separada, foram apensados ao projeto original e acabaram por modificá-lo. No dia 20 de março de 2024, foi votado e aprovado o Projeto de Lei que seria da contrarreforma do Ensino Médio mas agora contém retrocessos e outras alterações, incluindo a possibilidade de diminuição da carga horária anual para 2100 horas quando da oferta do itinerário de formação técnica e profissional, a obrigatoriedade dos sistemas de ensino ofertarem nas escolas pelo menos dois dos itinerários de aprofundamento de conhecimentos, mas que atendam todas as áreas do conhecimento. Ademais, consta no Projeto de Lei a vinculação de 50% das vagas das universidades federais para estudantes oriundos do Ensino Médio público e obrigatoriedade de implementação das alterações para o ano de 2025.

São várias as alterações realizadas e planejadas para essa etapa de ensino. No entanto, como elas impactam nas escolas? Há alguma alteração positiva, perceptível em um curto espaço de tempo? Na tentativa de obter pistas sobre essas questões, na próxima seção analiso alguns índices educacionais dos últimos oito anos (2016-2023), procurando pontos de semelhança e diferença entre as escolas locais e da realidade local em comparação a estadual e nacional.

4 SITUAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DE JAGUARÃO

O Ensino Médio em Jaguarão é ofertado em seis instituições de ensino, sendo três da rede estadual, uma da rede federal, uma da rede municipal e uma particular. Visando conhecer a situação atual das escolas, escolhi analisar os indicadores educacionais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal que entre outras atribuições, realiza as avaliações nacionais da Educação Básica e o Censo Escolar, este anualmente, utilizados como ferramentas para compreensão e acompanhamento da situação educacional e das políticas públicas de educação no Brasil.

O levantamento e análise dos dados foi o início do trabalho e serviu à compreensão da situação educacional e ao planejamento da atividade de intervenção, que é parte curricular do Mestrado Profissional em Educação da Unipampa. Visualizar as dificuldades encontradas no Ensino Médio e, especialmente, no 1º ano, foi o foco desta atividade. Na tentativa de compreensão, busquei sistematizar os dados disponibilizados através das estatísticas educacionais, de acesso público, pesquisando, compilando e analisando os dados disponíveis no portal do INEP. Inicialmente buscando os dados relativos à reprovação, percebi ser necessário pesquisar outros dados que auxiliassem na compreensão da situação educacional como um todo. Essa busca por mais dados remeteu-me à leitura de Carvalho (2001, p233-234) que fala: “Trata-se, assim, de buscar tanto os pressupostos que orientam as pessoas ao compilarem e usarem os dados, quanto as formas como eles são utilizados na construção da realidade”. Havia entendido a necessidade de utilizar uma base maior, partiria então para a segunda etapa, a de construção da realidade.

Na expectativa de compreender minimamente os problemas e observar relações entre esses dados, busquei utilizar um espaço temporal maior, visando compreender a existência de alguma tendência ou padrão, e optei por selecionar os oito últimos anos disponíveis, sendo quatro anos anteriores à pandemia, dois anos de ensino remoto emergencial e os dois anos após o ensino remoto, os quais coincidiram com a implementação do novo Ensino Médio. No entanto, mesmo com o Censo da Educação de 2023 ainda foram divulgados os indicadores de rendimento

pois necessitam da segunda etapa, realizada no início do ano de 2024 e utilizada para a produção dos índices de aprovação, reprovação, evasão e abandono dos estudantes. A previsão de divulgação das taxas de rendimento de 2023 é maio de 2024, por isso não foi possível maior atualização. Os outros índices relativos ao Censo de 2023, já disponíveis, foram analisados e levados em consideração neste texto.

Partindo, então, para o conhecimento dos dados referentes a Jaguarão, observei primeiramente os relativos às taxas de rendimento: aprovação, reprovação e abandono. O estudante obrigatoriamente pertence a alguma dessas categorias, pois são complementares mas diferentes da evasão. A evasão ocorre quando o estudante não prossegue com os estudos no ano seguinte, independentemente de ter sido aprovado, reprovado ou abandonado.

Um ponto de análise de importante observação, refere-se à questão de as escolas de Ensino Médio possuem como mantenedoras órgãos de diferentes esferas administrativas, pois dispomos em Jaguarão de instituições de nível federal, estadual, municipal e particular, distintas quanto ao aporte financeiro, às decisões sobre prioridades e ao perfil do público atendido. Esses fatores acarretam em características diferentes entre as escolas e em problemas distintos, em alguns pontos. Pontuo a necessidade de observação atenta para os anos de 2020 e 2021, devido à pandemia de COVID-19 e às alterações nas regras educacionais, causando flexibilizações em relação a frequência e avaliações.

Os dados coletados estão dispostos nas tabelas 1 a 7. O primeiro dado observado é relativo à aprovação no 1º ano do Ensino Médio (EM). Os dados que estão faltando, em relação ao Instituto Federal Sul-rio-grandense, Câmpus Avançado Jaguarão, devem-se ao período pandêmico que causou o ano letivo defasado do calendário civil.

Início a análise dos dados observando os relativos ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, disponíveis na Tabela 1. O Brasil tem taxa de aprovação no 1º Ano do Ensino Médio com percentual médio de aproximadamente 77% nos anos anteriores à pandemia e de 92,6% nos dois anos de Ensino Remoto Emergencial, decrescendo para 85,1% no ano posterior à pandemia e é o primeiro ano de ampla implantação do NEM. Totalizando o período, obtém-se 82,57% de média. O Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2016 a 2019, tem média de aprovação de 64,3%, 90,9% nos anos de pandemia e um percentual de 80% no ano de 2022. A média total do

período é de 74,15%, ou seja, abaixo da média nacional na comparação entre cada período de tempo e no intervalo total. Esses dados demonstram que a educação do Rio Grande do Sul, em relação à aprovação, tem média inferior à nacional no período analisado. Observando os dados referentes a Jaguarão, tem-se nos quatro anos anteriores à pandemia a média de aprovação e 58,97%, subindo a 93,15% para os dois anos de pandemia e decrescendo para 66% no ano de 2022. Para o período completo, o percentual de aprovação é de aproximadamente 69,74%, estando, assim, abaixo da média estadual e nacional em todo o período. Nos dois anos referentes à pandemia, a média foi superior à estadual e a nacional.

Tabela 1 - Taxa de Aprovação (em %) dos alunos do Ensino Médio:
1º ano, Jaguarão, 2016 - 2022, por escola e por ano

Escola/Jaguarão/ RS/Brasil	Ano						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EEEMHPA	71,4	62,3	48,5	74,1	89,9	94,3	50,9
CECAR	50,9	59,8	64,6	66,7	93,3	97,4	77,4
IEEES	48,6	64,1	41,6	51,5	90,9	96	73,7
EMEBLR	78,3	38,1	34,8	50	73,3	100	88,9
IFSUL	58,3	52,9	70,4	60,3	*	*	57,6
CNW	25	83,3	61,5	60	100	100	100
Jaguarão	57,3	59,8	54,4	64,4	90,3	96	66
RS	59,7	63,9	63,9	69,9	91,8	89,9	80
Brasil	74,1	76,4	76,7	80,5	94,1	91,1	85,1

Fonte: INEP, Taxas de rendimento. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>, acesso em: 10 de abril de 2024.

Nota: O IFSUL ficou com o calendário defasado, em função do período de pandemia, em praticamente 1 ano, por isso não constando média na divulgação

Decorrente da análise desses índices no nível nacional, estadual e municipal, observamos as escolas que ofertam essa etapa individualmente. Começo pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSUL – Câmpus Avançado Jaguarão, único da rede federal de ensino no município. Para os anos de 2016 a 2019, sua aprovação

média foi de 60,47%, ou seja, ligeiramente acima da média municipal. Nos anos relativos à pandemia, devido ao atraso no calendário letivo, não é possível verificar os índices apresentados. Para o ano de 2022, a média de aprovação foi de 57,6%, abaixo da média nacional, da estadual e da municipal. Importante destacar que os institutos federais não tiveram seu currículo alterado diretamente pela Lei nº 13.415/2017, mas atendem aos preceitos legais nacionais.

A Escola Municipal de Educação Básica Lauro Ribeiro, mantida pela prefeitura e localizada na zona rural, nos anos pré-pandemia possui um índice de aprovação de 50,3% e 86,65% nos anos de 2020 e 2021, com o ano de 2022 apresentando uma taxa de aprovação de 88,9%. Com uma média geral de 66,2%, localiza-se abaixo da média municipal. É importante ressaltar que a taxa de aprovação no ano de 2022 é superior a todas as médias (municipal, estadual e federal).

Veremos agora as três escolas estaduais. Todas localizadas na zona urbana, possuem características diferentes, que serão apresentadas neste texto. Em relação ao índice de aprovação, a Escola Estadual de Ensino Médio Hermes Pintos Affonso – EEEMHPA – tem média de aprovação em 64,07% nos anos de 2016 a 2019 e 92,1% nos anos de ensino remoto emergencial. O ano de 2022 apresentou um percentual de 50,9% de aprovação, com 70,2% durante todo o período. Nos anos pré-pandemia é a escola com melhor média de aprovação entre todas as analisadas. Nos anos de 2020 e 2021, foi a de menor índice entre as estaduais, no entanto, o ano de 2022 mostrou um enorme decréscimo em relação ao ano anterior ao isolamento social. O ano de 2022 merece uma observação diferenciada pois foi o ano de implantação do novo Ensino Médio, o primeiro ano após a pandemia de COVID-19 e contando com o ensino em tempo integral, ou seja, grandes alterações em um espaço de tempo muito curto.

O Colégio Estadual Carlos Alberto Ribas – CECAR – tem média para o período de 2016 a 2019 de 60,50% de aprovação e 95,35% nos dois anos posteriores. Para o ano de 2022, apresentou um índice de aprovação de 77,4%, o melhor entre as escolas estaduais. Apresentou o melhor índice de aprovação nos anos pandêmicos e na avaliação de todo o período de tempo, 72,87%, superior a média do município de Jaguarão e próximo à média estadual. Um ponto positivo é o crescente índice de aprovação nos anos analisados, mesmo no ano de 2022, no

qual a escola teve seu prédio interditado, passando por um período com ensino remoto e realocação em um prédio cedido pela Unipampa.

O Instituto Estadual de Educação Espírito Santo – IEEES – nos anos pré-pandemia tinha aprovação de 51,45% de seus alunos de 1º ano e nos anos de 2020 e 2021 de 93,5%. No ano de 2022, teve 73,7% de aprovação. Detém uma média para o período analisado de 66,63%. Localiza-se abaixo das médias municipal, estadual e nacional no geral do período e nos anos pré-pandemia, mas acima da média das três esferas no período de ensino remoto emergencial.

Previamente à análise da última escola no índice de aprovação, resalto uma normativa da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, a Portaria nº 305/2022, publicada em 30 de dezembro de 2022. Entre outras alterações, permitiu aos estudantes que não atingiram a média para aprovação (seis) ou a frequência mínima (75%) realizar uma avaliação de recuperação entre os anos letivos de 2022 e 2023, ou seja, mesmo o estudante não tendo frequentado o mínimo necessário, ele teria direito a realizar a prova e progredir os estudos. Esse fato foi criticado por várias entidades, inclusive o CPERS⁹, argumentando da possibilidade de esvaziamento das escolas, da abertura ao *homeschooling* e o descumprimento da LDB, que é taxativa em relação aos 75% de frequência como o mínimo para aprovação do estudante. Diante de toda a repercussão, o Governo do Rio Grande do Sul emitiu, em 24 de fevereiro de 2023, a Portaria nº 38/2023, que alterou a Portaria nº 305/2022, retirando essa permissão indevida. No entanto, a portaria de alteração somente foi publicada após a realização das avaliações entre os períodos. Segundo reportagem de GZH¹⁰, 20% dos estudantes do Ensino Médio reprovaram sem a edição da Portaria nº 305/2022, emitida pelo Estado.

A última escola a ser analisada é a única particular do município, o Colégio Nelson Wortmann – CNW. No período de 2016 a 2019, possui 57,45% de aprovação, abaixo da média das escolas de Jaguarão, da média estadual e da nacional. Durante o período pandêmico, possui 100% de aprovação, superior às médias nacional, estadual e das escolas de Jaguarão, fato repetido no ano de 2022. A média durante todo o período de estudo é de 75,69%, superior à das escolas de Jaguarão e estadual, porém inferior à nacional. Um ponto de observação é que no

⁹ <https://cpers.com.br/com-desobrigacao-da-frequencia-minima-nas-escolas-seduc-coloca-em-risco-o-futuro-da-educacao-estadual/>

¹⁰ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2023/02/portaria-que-revisava-reprovacoes-em-escolas-estaduais-do-rs-e-revogada-cleiz0vzo000q017lb17ol3e8.html>

ano de 2016 o Colégio teve o menor índice de aprovação entre todas as escolas da localidade.

A reprovação é uma questão que merece destaque, pois é um dos principais fatores para posterior evasão escolar. A Tabela 2 mostra o índice de reprovação. Analisando a partir da média nacional, percebe-se que no período de 2016 a 2019, era de 15,47%. Durante os anos de isolamento social, o índice caiu para 3,95% e atingiu 9,4% para o ano de 2022. Analisando todo o período, a média é de 11,31%. O estado do Rio Grande do Sul no período pré-pandemia teve um índice de 27,12%, 1,6% durante os anos de 2020 e 2021 e 11,5% para o ano de 2022, alcançando uma média melhor em relação ao nacional somente durante o período de isolamento social. Na média de todo o período, o índice foi de 17,6%, abaixo do registrado pelo Brasil.

Tabela 2 - Taxa de Reprovação (em %) dos alunos do Ensino Médio: 1º ano, Jaguarão, 2016 - 2022, por escola e por ano

Escola/Jaguarão/ RS/Brasil	Ano						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EEEMHPA	15,9	23	21,8	22,3	0	0	23,6
CECAR	47,2	26,8	32,9	33,3	0	0	17,7
IEEES	48,6	31,6	57,3	47	0	0	16,2
EMEBLR	17,4	47,6	21,7	37,5	0	0	11,1
IFSUL	29,2	39,7	27,2	34,2	*	*	39,4
CNW	75	16,7	38,5	40	0	0	0
Jaguarão	36,3	31	33,9	32,8	0	0	21,0
RS	30,8	27,1	27,6	23	1,3	1,9	11,5
Brasil	17,3	15,8	15,4	13,4	3,2	4,7	9,4

Fonte: INEP, Taxas de rendimento. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>, acesso em: 10 de abril de 2024.

Nota: O IFSUL ficou com o calendário defasado, em função do período de pandemia, por isso não consta na divulgação

O município de Jaguarão, durante o período pandêmico teve um índice de 0% de reprovação. É importante observar para os anos seguintes, as consequências desse índice, não só no Ensino Médio como no fundamental e no superior. No período pré-pandemia, o índice de reprovação era de 33,5%, diminuindo para 21% no ano de 2022. Ao observar o intervalo de 2016 a 2022, o percentual é de 22,14%, ainda superior às médias estadual e nacional.

Partindo para a observação dos dados individualizados das escolas, veremos distinções e semelhanças. Todas zeraram a reprovação para os dois anos da pandemia, com exceção da próxima instituição analisada. O Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Avançado Jaguarão, no período de 2016 a 2019, tem índice de reprovação de 32,57%, o que o leva a obter uma média menor que a do município de Jaguarão, mas maior que a estadual e a nacional. Infelizmente, com o atraso do calendário durante o período pandêmico, não foi possível obter dados relativos a 2020 e 2021. Para o ano de 2022, o índice é de 39,4%, acima da média municipal, estadual e nacional. Analisando a média dos anos disponíveis (2016, 2017, 2018, 2019, 2022) o percentual de reprovação é 33,94%.

A Escola Lauro Ribeiro possui no período pré-pandemia média de reprovação de 31,05%, abaixo da média do município de Jaguarão, mas superior à média estadual e nacional. No ano de 2022, o índice de reprovação foi de 11,1%, menor que as médias municipal e estadual, mas superior à nacional. Analisando todo o período, a média foi de 19,33%, situando-se abaixo da média do município e acima das médias estadual e nacional.

A próxima escola analisada foi a Escola de Ensino Médio Hermes Pintos Affonso, no período de 2016 a 2019, possui um índice de reprovação de 20,75%, abaixo da média do município de Jaguarão e da média estadual, maior que a média nacional. Para o ano de 2022, o percentual de reprovação foi de 23,6%, maior que as médias da cidade, estado e país. Analisando o intervalo de 2016 a 2022, sua média é de 15,23%, abaixo da média de Jaguarão e da estadual e acima da nacional.

O Colégio Estadual Carlos Alberto Ribas possui no período de 2016 a 2019, uma média de 35,05% de reprovação, acima das médias do município de Jaguarão, da estadual e da nacional. Para o ano de 2022, o índice de reprovação foi de 17,7%, somente abaixo do índice municipal. Para todo o período analisado, a média é de 22,56%, acima das médias de Jaguarão, estadual e nacional. Um ponto positivo de

destaque é que a escola tem conseguido manter uma diminuição do índice de reprovação anualmente no período analisado.

O Instituto Estadual de Ensino Espírito Santo possui no período de 2016 a 2019, uma média de reprovação de 46,12%, acima da média de Jaguarão, estadual e nacional. No ano de 2022, o índice foi de 16,2%, menor que a média municipal, porém maior que a estadual e a nacional. Observando todo o período, sua média foi de 28,67%, superior às médias de Jaguarão, estado e país. Seu maior índice de reprovação foi de 57,3%, no ano de 2018, fato preocupante ao pensarmos que a maior parte dos estudantes não conseguiram seguir para a série seguinte.

O CNW possui uma média de 42,55% para o período pré-pandemia, acima das médias do município de Jaguarão, estadual e nacional. A partir de 2020, a escola manteve seus índices de reprovação zerados, resultando assim, em uma média para todo o período (2016-2022) de 24,31%, acima da média das escolas de Jaguarão, da média estadual e da média nacional. Embora tenha zerado a reprovação nos três últimos anos analisados, a escola teve no ano de 2016 o maior índice de reprovação entre todas as escolas no ano e em todo o período analisado (75%).

Das taxas de rendimento, iremos observar a seguir a taxa de abandono. Antes de prosseguir aos dados, destaco o conceito utilizado pelo INEP (2021)¹¹ que indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo Escolar. Essa diferenciação é importante, para não confundir com evasão.

Os índices mostram uma taxa de abandono no Brasil, nos anos pré-pandemia, de 7,6% para o 1º ano do Ensino Médio, caindo para 3,45% no período de ensino remoto e elevando-se para 5,5% no ano de 2022, totalizando uma média para o período de 6,11%. O estado do Rio Grande do Sul possui durante o período pré-pandemia a média de 8,52% de abandono, caindo para 7,55% no período pandêmico e atingindo 8,5% no ano de 2022. Ao analisar todo o período, a média de abandono é de 8,24%. O Rio Grande do Sul sempre teve uma média de abandono maior que a nacional.

¹¹ Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2021/taxas_d_e_rendimento_escolar_final.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2023

As escolas do município de Jaguarão possuem no período de 2016 a 2019 a média de 7,52% de abandono, abaixo da média estadual e da média nacional. No período de ensino remoto emergencial, a média foi de 6,9%, melhor que a média estadual, porém pior em relação à nacional. Para o ano de 2022, a média de abandono foi de 13%, maior que as médias estadual e nacional, sendo o maior índice em todo o período analisado. Será esse aumento consequência da pandemia, do Novo Ensino Médio ou por algum outro fator?

Tabela 3 - Taxa de Abandono (em %) dos alunos do Ensino Médio: 1º ano, Jaguarão, 2016 - 2022, por escola e por ano

Escola/Jaguarão/ RS/Brasil	Ano						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EEEMHPA	12,7	14,7	29,7	3,6	10,1	5,7	25,5
CECAR	1,9	13,4	2,5	0	6,7	2,6	4,9
IEEES	2,8	4,3	1,1	1,5	9,1	4	10,1
EMEBLR	4,3	14,3	43,5	12,5	26,7	0	0
IFSUL	12,5	7,4	2,4	5,5	100	*	3
CNW	0	0	0	0	0	0	0
Jaguarão	6,4	9,2	11,7	2,8	9,7	4	13
RS	9,5	9	8,5	7,1	6,9	8,2	8,5
Brasil	8,6	7,8	7,9	6,1	2,7	4,2	5,5

Fonte: INEP, Taxas de rendimento. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>, acesso em: 10 de abril de 2024.

Nota: O IFSUL ficou com o calendário defasado, em função do período de pandemia, em praticamente 1 ano, por isso não constando média na divulgação e o ano de 2020 é considerado com 100% de abandono.

O IFSUL possui no período de 2016 a 2019 a média de 6,95% de abandono, abaixo das médias do município de Jaguarão, da estadual e da nacional. No período pandêmico, não foi possível mensurar devido ao seu calendário escolar. No ano de 2022, o percentual de abandono foi de 3%, menor que as médias analisadas de

cidade, estado e país. Analisando todo o período, sua média é de 6,16%, inferior à das escolas de Jaguarão e da média estadual e praticamente igual à média nacional.

A EMEBLR possui no período pré-pandemia, a média de 18,65% de abandono, no período pandêmico de 13,35% e sem abandono no ano de 2022. Na média entre 2016 e 2022, possui 14,47% de abandono. De todos os períodos analisados, somente em 2022 manteve-se abaixo das médias municipal, estadual ou federal. Foi a escola que teve o maior índice de abandono registrado em um ano dentre todas as escolas analisadas, com 43,5% no ano de 2018. Importante observar que se trata de escola rural e com um curso técnico em agropecuária, tendo estudantes da área urbana que se deslocam a fim de cursá-lo. Todavia, no período chuvoso, o transporte fica comprometido em função das condições de manutenção das estradas rurais.

A Escola Hermes Pintos Affonso possui no período de 2016 a 2019 a média de abandono de 15,17%, nos anos de 2020 e 2021 uma média de 7,9% e 25,5% no ano de 2022. Analisado todo o período, 2016 a 2022, a média é de 14,57%, acima das médias do município, do estado e da nação em todos os períodos analisados. Importante ressaltar que no ano de 2022, foi o primeiro com o Novo Ensino Médio e o programa de Escolas de Tempo Integral concomitantemente e, como veremos na intervenção, essa modalidade de escola encontra certa dificuldade de aceitação por uma parcela dos estudantes.

O CECAR possui no período pré-pandemia a média de abandono de 4,45%, abaixo da média do município de Jaguarão, da média estadual e da média nacional. Para o ano de 2022, o percentual de abandono é de 4,9%, a menor entre as escolas estaduais de Ensino Médio, mesmo ocorrendo a mudança de prédio. No período de pandemia, sua média foi de 4,65%, abaixo das médias do município e da estadual, porém acima da nacional. Analisado todo o período, a média é de 4,57%, abaixo da média municipal, da média estadual e da média nacional. Foi a única escola pública no período pré-pandemia em que não houve abandono em um ano (2019).

O IEEES possui média entre os anos de 2016 e 2019 de 2,42% de abandono, abaixo das médias de Jaguarão, Rio Grande do Sul e Brasil. Para o período pandêmico, seu abandono foi de 6,55%, somente superior à média nacional. No ano de 2022, houve um índice de abandono de 10,1%, somente melhor que a média municipal. Observando todo o período analisado, seu percentual médio de abandono entre 2016 e 2022 foi de 4,7%, com uma média melhor que o município, o estado e o

país. Um fato que merece destaque é que, mesmo a média de reprovação de 2018 sendo 57,3%, não resultou em aumento do índice de abandono. Pode ser resultado da política de obrigatoriedade de matrícula até os 17 anos, a qual teve como 2016 o limite para adequação das escolas a essa nova demanda.

O CNW durante todo o período analisado não apresenta abandono, com percentual zerado em todo o período. É fato que ser uma escola particular é um item importante a ser considerado na análise, pois mesmo em 2016 quando teve um percentual de 75% de reprovação, os estudantes não abandonaram a escola. A questão financeira pode ser também um fator, pois os pais possuem melhores condições de vida e valorizam a educação de seus filhos. Não se pode esquecer do ambiente familiar, pois a família que matricula seu filho na escola particular pretende que ele siga os estudos, mesmo acontecendo a reprovação; e sabe-se a influência que causa a continuidade dos estudos.

A análise observou igualmente os números absolutos, no município de Jaguarão, em relação às matrículas do 1º ano do Ensino Médio. Com matrículas superiores a 300 estudantes por ano na primeira série do Ensino Médio e uma média de aproximadamente 371 estudantes no período analisado, com um total de 2596 estudantes durante o período analisado (2016-2022). Desse total de estudantes, 209 abandonaram os estudos, com o ano de 2018 sendo o de maior quantidade, 48. O número de reprovações no período é de 549 estudantes, um número bem expressivo, pois acarreta em uma retenção dos alunos no 1º ano do Ensino Médio e dificulta a continuidade dos estudos.

Procurei os indicadores de transição escolar para o período analisado, no entanto só estão disponíveis até o ano de 2021, sendo possível ter uma noção mínima da quantidade de estudantes que não prosseguiram os seus estudos. Na soma entre 2016 e 2020, o total de estudantes que não retornaram no ano seguinte foi de 274. É uma quantidade significativa de pessoas que terão dificuldade de inserção no mercado de trabalho, maior possibilidade de ocuparem empregos com menor remuneração, menor acesso a bens culturais e mais dificuldade de inserção político-social.

É preocupante notar que, durante o período de 2017 a 2021, houve o ingresso de 1050 novos estudantes, perante um cenário de 1493 estudantes matriculados, ou seja, praticamente 30% das matrículas nesse período são de estudantes que, caso houvessem prosseguido seus estudos sem retenção, não

estariam matriculados no 1º ano do Ensino Médio. Ribeiro (1991, p.13) afirma como “o principal obstáculo à universalização da Educação Básica em nosso país: a repetência”. Observa-se que o número de retidos durante o período de 2016 a 2020, na primeira série é 627 estudantes e a de evasão de 274.

Tabela 4 - Números total de estudantes por índice educacional e geral do Ensino Médio: 1º ano, por ano, 2016 - 2022

Situação	Ano						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Aprovados	178	220	225	220	334	440	220
Reprovados	113	114	140	112	0	0	70
Abandonaram	20	34	48	10	36	18	43
Distorção idade-série	167	173	216	149	176	226	172
Evadidos	38	41	109	43	44	*	*
Alunos novos no 1º ano		198	224	45	205	378	*
Total de matrículas	311	368	413	342	370	458	334

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>. Acesso em 10 de abril de 2024.

Nota: *Dados indisponíveis até o último acesso.

Dentre os que seguiram frequentando as escolas, um problema aparece com muito destaque: a distorção idade-série. Em números absolutos, no município de Jaguarão, 1281 estudantes dos 2596 matriculados durante o período de 2016 a 2022, estavam com defasagem mínima de 2 anos em relação à série ideal, enquadram-se na chamada distorção idade-série. Segundo o INEP¹², essa taxa “permite avaliar o percentual de alunos que possuem idade superior à recomendada para a série frequentada, ou seja, que se encontram numa situação de atraso escolar”. Esse número no município de Jaguarão é de praticamente 50%. Ou seja, além da retenção na primeira série do Ensino Médio, muitos estudantes estão chegando nessa etapa de ensino com atraso em relação ao fluxo ideal na educação.

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/indicador-apresenta-distorcao-idade-serie-para-ensino-fundamental-e-medio>

Esse fato é mais preocupante na primeira série do Ensino Médio, visto que a idade ideal para cursar seria de 15 anos e com 2 anos de distorção, o estudante ingressa na primeira série no mínimo 17 anos e, por consequência, uma tendência maior de evadir sem a conclusão dos estudos e ir para o mercado de trabalho sem qualificação mínima ou procurar uma transferência para o EJA a fim de completar sua formação. É notória a dificuldade de ser estudante e trabalhador, como veremos em falas registradas adiante, colhidas durante a intervenção.

A seguir veremos a taxa de distorção idade-série no primeiro ano do Ensino Médio, nos anos de 2016 a 2023. Percebe-se que o município de Jaguarão, durante o período analisado, obteve média de distorção de 47,59%, o que o posiciona superior a média do Rio Grande do Sul (36,75%) e superior à média nacional (28,75%) em relação a distorção idade-série. Fato semelhante ocorre com o estado do Rio Grande do Sul, com um percentual de alunos com distorção idade-série superior à média nacional. No entanto, no município de Jaguarão, essa distorção não afeta todas as escolas de modo igual.

Observando os dados de cada instituição, o IFSUL possui durante todo o período analisado uma média de 50,91% dos estudantes em distorção idade-série - DIS. Comparando com a média do município, do estado e do país, o IFSUL fica acima da média de Jaguarão, do Rio Grande do Sul e do Brasil. É necessário ressaltar que seu percentual de DIS é influenciado pela alteração no calendário acadêmico, principalmente nos anos de 2021 e 2022. O IFSUL possui características acadêmicas diferentes das outras escolas, por possuir o ensino técnico concomitante, embora haja um processo seletivo para os estudantes, com reserva de vagas para os provenientes da rede pública.

A escola Lauro Ribeiro possui uma média de distorção idade-série de 48,74% durante todo o período analisado, localizando-se acima das médias municipal, estadual e federal. Por se tratar de uma escola rural e pelas dificuldades que essas escolas possuem de acesso, principalmente durante o período chuvoso, era esperado sua média ser superior. No entanto, o fato que se destaca na escola é a taxa de abandono elevada, com o segundo menor índice de reprovação. Percebe-se que o estudante acaba abandonando e não reprovando devido às dificuldades encontradas, acarretando nessa alta taxa de distorção idade-série.

Tabela 5 - Taxa de Distorção Idade-Série dos alunos do Ensino Médio: 1º ano, Jaguarão, 2016 - 2023, por ano

Escola/Jaguarão/ RS/Brasil	Ano							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
EEEMHPA	61,3	56,3	76,5	49,4	57,9	60,6	60	42,4
CECAR	50	43,5	39,8	34,9	39,2	30,1	30,6	24,6
IEEES	59,6	52,7	56,7	53,6	50	34,5	51,5	46,7
EMEBLR	34,8	58,3	67,9	62,5	75	42,9	22,2	26,3
IFSUL	48,1	36,5	31,7	37,7	41,5	85,7	84,8	31,9
CNW	0	9,1	8,3	20	20	11,8	0	0
Jaguarão	53,7	47	52,4	43,6	47,7	49,4	51,6	35,3
RS	45,1	41,3	42,1	37,8	37,6	28,9	31,3	29,9
Brasil	32,9	32,8	33,2	30	30,1	24,4	24,2	22,4

Fonte: INEP, Taxas de distorção idade-série. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>. Acesso em 10 de abril de 2024.

A Escola Hermes Pintos Affonso possui uma média de distorção para o período analisado de 58,5%, acima da média do município de Jaguarão, da estadual e da nacional, além de ser a maior média entre todas as escolas que ofertam o primeiro ano dessa etapa. Esse elevado índice acaba por refletir-se na taxa de abandono, pois a escola possui o menor índice médio de reprovação entre todas as escolas analisadas e o segundo maior índice de aprovação entre as escolas públicas, no entanto, é a segunda maior média de abandono. Outro fato importante é a escola possuir o Ensino Médio em tempo integral, sendo uma escola piloto, no entanto, sem a oferta do itinerário de formação técnica.

O Carlos Alberto Ribas possui uma taxa de distorção idade-série média de 36,59% para o período de 2016 a 2023, a menor média entre as escolas públicas do município, com o menor índice de abandono entre as instituições públicas e o maior maior índice de aprovação entre elas, e a segunda maior do município, somente atrás da escola particular. Sua localização central, em frente à praça principal da cidade e por ser historicamente considerada como a melhor entre as públicas, acaba

por ocasionar procura maior pelas famílias que desejam que seus filhos sigam nos estudos, levando a uma cultura escolar de incentivo. Outro fator que auxilia a compreensão, que será visto posteriormente, é o indicador socioeconômico elevado.

O IEEES possui uma média de distorção idade-série para o primeiro ano do Ensino Médio de 50,66% no período analisado, acima da média do município, da estadual e da nacional. Fato curioso é que essa taxa de distorção não reflete no abandono, pois possui a segunda menor taxa entre todas as escolas públicas, no entanto, pode ser decorrência da segunda maior média de reprovação, de 28,67% e na menor média de aprovação entre as escolas estaduais.

O CNW é o único estabelecimento particular do município de Jaguarão e essa diferença é notada na taxa de distorção idade-série. Com o menor percentual de alunos com distorção, com 0% nos anos de 2016, 2022 e 2023 e uma média de 8,65%, média menor que a municipal, a estadual e a nacional. A baixa distorção idade-série também auxilia a entender a questão do abandono zerado e em um índice de reprovação diminuindo no decorrer do estudo até ter zerado a partir de 2020.

O índice elevado de distorção idade-série no município de Jaguarão acaba por atrasar o atendimento a metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, principalmente em relação à meta 3 de “universalizar o atendimento escolar para a população dos 15 aos 17 anos e elevar a taxa líquida de matrículas para 85% no Ensino Médio” (Lei nº 13.005/2014), que segundo a PNAD Contínua no ano de 2022 (IBGE) era de 75,2%, ainda abaixo da meta definida pelo PNE.

Essa taxa de matrícula abaixo da meta é causada, entre outros fatores, pela distorção idade-série e pela necessidade de abandonar os estudos para trabalhar. A questão socioeconômica é um dos fatores que influenciam na disponibilidade de tempo para os estudos. Saraiva e Luce (2015, p.142) exemplificam ao falar que “As informações socioeconômicas dos estudantes confirmam a importância dos condicionantes externos à escola para o melhor desempenho na avaliação em larga escala”. Sem dúvidas, a questão financeira é um condicionante social, causando facilidade de acesso às oportunidades e de melhor desempenho escolar. Na tentativa de minimizar esses impactos, algumas políticas públicas foram concebidas, como FUNDEB, o transporte escolar, a merenda escolar, o Programa Nacional do Livro Didático, escolas de tempo integral, entre outras.

Na tentativa de compreender a influência da questão econômica no desempenho escolar, consulte o Indicador Socioeconômico, calculado pelo INEP, mediante a pesquisa com diversos itens como escolaridade dos pais ou responsáveis, itens disponíveis na residência do estudante, tais como computador, geladeira, televisão, carro, a distribuição de quartos e banheiros na residência, a existência de wi-fi, local para estudos, garagem, microondas, aspirador de pó, máquina de lavar roupa e freezer, itens de conforto e que demonstram o nível econômico dos estudantes. De posse desses dados, eles são agrupados em escalas crescentes de 1 a 8, com agrupamento por características semelhantes.

Tabela 6 – Indicador Socioeconômico das Escolas estaduais de Jaguarão, nos anos de 2019 e 2021, relativo ao Ensino Médio

Nível	Ano 2019			Ano 2021		
	EEEMHPA	CECAR	Espírito Santo	EEEMHPA	CECAR	Espírito Santo
I	0	0	0	2,44	0	0
II	3,89	1,02	4,65	13,93	0,97	8,53
III	9,8	4,34	18,96	11,38	1,86	11,17
IV	30,13	1,78	15,56	20,33	13,57	22,65
V	25,34	13,77	26,25	13,79	15,78	25,74
VI	19,22	19,9	17,79	20,44	22,36	21,44
VII	11,62	46,33	16,78	14,53	41,71	7,56
VIII	0	12,86	0	3,17	3,76	2,91

Fonte: INEP, Nível Socioeconômico. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/nivel-socioeconomico>. Acesso em 10 de abril de 2024.

*Dados não disponíveis

Das escolas analisadas, apenas a escola Hermes Pintos Affonso possui estudantes no nível I (mais baixo), o que indica alunos em extrema pobreza. Esse fato ocorreu somente em 2021, não ocorrendo em 2019. Um dos fatores foi a pandemia de covid-19, o que explica o motivo de a escola possuir os índices educacionais que mais demandam atenção no município. Houve ainda, um

incremento de estudantes nos níveis II e III, diminuição nos níveis IV e V e aumento nos níveis VI, VII e VIII na escola. Esses fatores podem ser refletidos nas taxas de rendimento, que teve um aumento no abandono. No geral, a escola apresenta um índice médio de 5,15 em 2019 e caindo para 5,04 em 2021, embora mantenha a escola no nível V nos dois períodos avaliados. O INSE é agrupado em escalas, sendo baixo (níveis I e II), intermediário (III a VI) e alto (VII e VIII). Para o nível baixo, a escola teve incremento de 3,89% para 16,37%, o que mostra o aumento da pobreza entre os estudantes. Para o nível intermediário, passou de 84,49% para 65,94%, com uma diminuição considerável de estudantes nessa classificação. No nível alto, a escola passou de 11,62% para 17,7% e, pela primeira vez em 2021, possuiu estudantes no nível VIII.

O CECAR tem uma característica diferente, com o INSE 6,12 (nível VII) em 2019, considerado alto, o qual caiu para 5,84 em 2021 (nível VI), considerado intermediário mas bem próximo ao alto. Na escala mais baixa, o percentual caiu de 1,02% em 2019 para 0,97% em 2021. Na escala intermediária, em contrapartida, teve um incremento de 39,79% em 2019 para 53,57% em 2021, com uma melhoria nos níveis IV, V e VI. Na escala alta, o percentual caiu de 59,19% para 45,37% dos estudantes, mesmo assim, um valor bem elevado. A localização da escola (a mais central do município) é um fator importante para esse nível socioeconômico, o que tem relação com menores índices de abandono entre as escolas públicas.

O IEEES é a escola da rede estadual com maior distribuição dos alunos entre os intervalos, com predominância na escala intermediária, sendo o INSE médio de 5,06, localizado no nível V. Sem estudantes no nível I em ambos os anos, teve um incremento de 4,65% dos estudantes no nível II em 2019 para 8,53% em 2021. Na escala intermediária, passou de 78,56% dos estudantes para 81%, com ênfase no nível V em ambos os anos. Na escala alta, não possuía estudantes no nível VIII em 2019 e possui 2,91% dos estudantes em 2021. Os níveis VII e VIII em 2019 correspondiam a 16,78% dos estudantes e diminuiu para 10,47% em 2021. Dentre as 3 escolas estaduais, é a de nível socioeconômico mais equilibrado e melhor distribuído.

Por fim, o IFSUL, que só tem dados disponível em 2019, possui uma boa distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis, no entanto, diferentemente da rede estadual, essa é uma característica dos institutos e universidades federais, graças ao sistema de ingresso. Por possuírem cotas para alunos de baixa renda e

provenientes de escolas públicas, é comum essa pulverização entre os diferentes níveis. No ano de 2019, não possuía estudantes no nível I e 2,72% no nível II. Na escala intermediária, havia 66,93% dos estudantes e na escala elevada, 30,35% dos estudantes.

Perceber a questão socioeconômica e seus impactos em outros índices, como nos casos de estudantes que no contraturno procuram uma fonte de renda para auxiliar na renda familiar ou para suprir bens que a família não consegue fornecer, como um telefone melhor, um computador ou uma internet. Esses alunos Franzoi et. al. (2019.) definem como Trabalhador-Estudante, pois antes de estudante ele se considera como trabalhador e é visto como tal pela escola que, segundo os autores, realiza um processo de inclusão/exclusão, quando acolhe os que não desistem e vê como fracasso os que não conseguem conciliar tal situação. Franzoi, et al. (2019, p.13) explicam ainda “Como fatores centrais que dificultam o bom desempenho dos estudantes que trabalham, as escolas apontam o cansaço [...] e o desinteresse dos estudantes pelos estudos”, algo esperado, pois com o baixo grau de instrução, a tendência é a realização de trabalhos mais braçais e de menor renda.

No entanto, resumir a escola a somente esses fatores mostrados seria de um simplismo. A escola está tomada de diferentes variáveis, mensuráveis ou não por números, que acabam por influenciar na aprovação, reprovação e abandono. No entanto, um elemento é fundamental e central no processo de aprendizagem: o professor.

Um docente motivado, com boa remuneração e tempo para preparar suas aulas é importante, tanto como ministrar disciplinas na sua área de formação. Para verificar se o professor ministra aulas correspondentes à sua formação, existe o índice de Adequação da Formação Docente. Dividido em 5 níveis, desde o Grupo 1, com professores lecionando na disciplina que possuem licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) até o Grupo 5, de professores sem curso superior, é possível verificar como as redes de ensino dispõem da sua força de trabalho. É importante analisar a estrutura das escolas em relação ao seu corpo docente. Percebe-se no decorrer dos últimos 8 anos, período analisado, uma melhoria da adequação docente na média do município e nas escolas analisadas, com exceção do IFSUL em que houve uma leve piora, e da Escola Lauro Ribeiro que manteve a média de professores no grupo 1.

O ideal são professores ministrando disciplinas nas áreas de formação, Grupo 1, mas o incremento progressivo é um fato positivo. Outro ponto possível de visualização é se o docente tem formação para a disciplina que leciona e se possui licenciatura. Os dados foram reunidos na Tabela 7, através de uma média dos índices entre 2016 e 2023.

Ao verificar os índices de adequação docente entre os professores que lecionam no Ensino Médio, por instituições, percebe-se que Jaguarão está melhor que as médias estadual e nacional.

Tabela 7 – Índice de adequação docente médio no período entre 2016 e 2023, para o ensino médio

Escola/Jaguarão/ RS/Brasil	Índice de adequação docente (%)				
	G1	G2	G3	G4	G5
BRASIL	64,3	2,4	24,6	4,9	3,9
ESTADO	67,0	1,2	24,8	3,2	3,8
MUNICÍPIO	63,5	0,5	20,7	10,9	4,4
EEEMHPA	61,1	0,0	19,9	12,2	6,8
CECAR	76,9	0,8	18,8	3,4	0,2
IEEES	59,7	0,0	22,0	16,6	1,8
LR	37,8	4,0	40,4	17,8	0,0
IFSUL	89,1	0,5	8,0	2,4	0,0
CNW	29,2	0,0	22,1	17,2	31,5

Fonte: INEP - <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>. Acesso em 10 de abril de 2024.

Cálculo da média realizados pelo autor.

Das escolas analisadas, o IFSUL destaca-se positivamente por ter o maior percentual médio de professores (89,1%) no Grupo 1, que são os profissionais lecionando a disciplina em que possuem graduação e sem docentes no Grupo 5 (docentes sem graduação). Isso deve-se a uma política de seleção de pessoal que solicita a formação a nível de pós-graduação para a disciplina que irá ministrar. Percebe-se ainda que na rede pública, mais de 85% dos docentes possuem

licenciatura, mesmo contabilizando os que não lecionam na disciplina de sua formação profissional. No Grupo 4 enquadram-se profissionais com outras graduações, que não são licenciatura. Pode-se perceber que as escolas que possuem menor percentual nesse grupo e no 5 (CECAR e IFSUL) destacam-se positivamente nos índices de aprovação, reprovação e abandono.

O CECAR possui destaque por possuir 76,9% dos professores lecionando na área de sua formação e outro fato positivo, em 2022 e 2023 a escola conseguiu 100% dos profissionais no Grupo 1 e desde 2020, não tem mais profissionais no Grupo 5.

O IEEES é entre as escolas estaduais a com menor percentual de professores no Grupo 1, com média de 59,7% dos profissionais e com 38,6% dos docentes ministrando aula em disciplinas diferentes ou com graduação sem complementação pedagógica. Um ponto positivo é a melhoria no percentual dos profissionais no Grupo 1 com o decorrer do tempo, passando de 50,4% em 2016 para 75,2% em 2023.

O EEEMHPA é a escola com maior percentual de professores no Grupo 5 (6,8%) entre as escolas públicas. Esse valor vem diminuindo com o passar dos anos, de 11,8% em 2016 para zerado desde 2021 e um aumento dos profissionais no Grupo 1 de 21,1% para 84,1%. O aumento de investimentos por ser uma escola modelo do Novo Ensino Médio, ajuda a entender um pouco a mudança.

A escola Lauro Ribeiro, localizada no interior do município, possui como maior o Grupo 3 (docentes licenciados ou com bacharelado e complementação pedagógica mas lecionando disciplinas diferentes da sua formação) com 40,4%. O fato positivo é não haver profissionais sem graduação entre os professores da escola em nenhum ano durante a amostra. Para o Grupo 1, a média é de 37,8%, a menor entre as escolas públicas, com 2016 havendo 45,9% dos profissionais nesse grupo e 50% em 2023. Era esperado, essa ocorrência, por ser uma escola rural e o deslocamento de profissionais para oferta do Ensino Médio, em algumas disciplinas, não completará a carga horária do profissional e, as redes de ensino normalmente optam por fazer o profissional ministrar disciplinas diferentes da sua formação.

No entanto, o fato de maior destaque foi a adequação docente do CNW. Por ser uma escola privada, eu esperava um elevado percentual de profissionais no Grupo 1, no entanto, a escola é a que possui menor índice (29,2%) entre todas do município. Tão preocupante quanto, é a escola possuir em seu quadro 31,5% dos

docentes, em média, no Grupo 5, ou seja, sem formação superior. É de ressaltar que o percentual do Grupo 1 melhorou de 19,5% em 2016 para 41,7% em 2023 e o Grupo 5 teve declínio de 43,9% para 25% no mesmo período.

Outro ponto de destaque é a dificuldade de encontrar profissionais graduados em áreas como Matemática e Física, agravado em cidades pequenas do interior como Jaguarão.

Há mais dados disponíveis no site do INEP, que auxiliam a entender a realidade das nossas escolas. Número de alunos por turma, índice de regularidade docente, percentual de profissionais concursados nas escolas, entre tantos outros. Há tantos índices que é impossível detalhar e discutir todos embora haja consciência que influenciam em maior ou menor grau no objetivo central da escola: a educação da população.

É notória a influência do período de ensino remoto na educação e como esse fato ainda influenciará nos próximos anos, pois tivemos estudantes alfabetizados durante a pandemia. Lacunas já existentes foram agravadas e novas surgiram. Há ainda um grande caminho a ser percorrido.

No meio desse turbilhão, ocorreu a implantação do Novo Ensino Médio, Medida Provisória transformada em Lei e causadora de mudanças nas disciplinas e nas opções dos jovens. Mas e os dados demonstram essa influência? Veremos um pouco na próxima seção.

4.1 O NEM e os dados estatísticos: é possível observar alguma melhora?

Na seção anterior apresentei alguns dados disponíveis acerca do Ensino Médio. É sabido que historicamente é uma etapa em discussão e de disputa de poderes, no Brasil, sobre qual ênfase ela terá: propedêutico ou profissional.

Cabe lembrar que, até a Emenda Constitucional nº 59 de 2009, a oferta do Ensino Médio como dever do Estado não figurava em lei. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), só tornou obrigatória a matrícula dos 14 aos 17 anos, após a Lei nº 12796/2013 promover a alteração, pois o Ensino Médio constava como etapa da Educação Básica com progressiva expansão e gratuidade, sem delimitar um prazo para tal. É necessário ressaltar a obrigatoriedade de matrícula dos jovens até 17 anos, como vimos anteriormente, com uma taxa de distorção

idade-série elevada, acaba por não necessariamente garantir os estudos no Ensino Médio de maneira obrigatória.

Essa etapa é “nova” como integrante obrigatória da Educação Básica e, portanto, resquícios históricos seguem sendo determinantes para qual formato de ensino queremos ou os governantes definem. Discussões acerca de uma formação mais propedêutica ou uma formação mais profissional não são somente atuais, mas cíclicas e ocorrem desde a instalação do ensino secundário no país, como vimos previamente.

O Novo Ensino Médio retoma essa discussão. Como pode ser visto no Caderno da Formação de Professores para o Ensino Médio, de 2013, vários trechos mencionam essa questão da formação separada entre preparação ao trabalho e preparação para a educação superior não é nova. Durante toda a história da nação, houve uma nítida separação entre o ensino popular, constituído pelas escolas primárias, pelo ensino normal e pelo profissional, e a educação das elites, com as melhores escolas primárias, os ginásios e as escolas superiores (Brasil, 2013, p. 9-10).

Essa característica é duradoura na sociedade brasileira e marca fortemente a discussão sobre o Ensino Médio na nossa história. Mas será que o Novo Ensino Médio melhorou a situação educacional ou não?

Observando os dados disponíveis de 2022, a aprovação melhorou em relação a 2019 em todos os níveis visualizados, desde municipal até o nacional, a reprovação diminuiu, no entanto o abandono aumentou no município de Jaguarão, no Rio Grande do Sul e somente diminuiu na média nacional. Concomitantemente, no município de Jaguarão, a taxa de distorção idade-série aumentou de 2019 para 2022 e 2023. No Rio Grande do Sul diminuiu de 2019 para 2022, mas aumentou de 2022 para 2023. No Brasil, ela decaiu de 2019 para 2022 e se mantém em 2023.

Na taxa de distorção idade-série era esperado um decréscimo, visto os índices de aprovação nos anos de 2020 e 2021, em decorrência da pandemia de COVID-19, na qual as redes de ensino viram-se obrigadas a flexibilizar o processo de aprendizagem, devido à falta de estrutura para lidar com o problema enfrentado. Outros fatores foram apontados ao realizar a intervenção e conversar com os estudantes e profissionais das escolas de Ensino Médio e serão discutidos posteriormente neste Relatório.

4.2 Outras políticas educacionais

O Novo Ensino Médio é o último item marcante das políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio, em um período de redemocratização do País. Vários foram os projetos e políticas públicas visando melhorias educacionais. Cabe observar que boa parte das políticas educacionais nesse período tem influência da concepção liberal, mesmo que indiretamente ou disfarçadas.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para o processo educacional no país ao entender a educação como direito social básico. Desse direito básico, surgiram novas necessidades e regulações se fizeram necessárias. O primeiro item que destaque foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9493/96), bastante alterada mas determinante para a obrigatoriedade do Ensino Médio. Foi permeada pela influência do liberalismo econômico, pois a definição no Art. 35 abre a opção para os dois caminhos: continuidade dos estudos ou preparação para o mercado de trabalho.

Posteriormente, com a aprovação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (1998) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (1999), ficou mais clara a influência dos interesses econômicos e dos organismos internacionais. No ano 2000 foi aprovado o PNE, sancionado em 2001 e com duração até 2011, contendo como meta a ampliação do atendimento do Ensino Médio. Em 2004, o FNDE delibera pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) ser estendido ao Ensino Médio. Em 2009 foi aprovada a Lei nº 11.947/09, que passou a fornecer transporte escolar e merenda a essa etapa de ensino de maneira obrigatória. Percebe-se que políticas que eram direcionadas ao Ensino Fundamental acabaram migrando para o Ensino Médio, mas não houve majoritariamente uma política pensada exclusivamente para essa etapa.

Com a Emenda Constitucional 59/2009, a qual verdadeiramente obrigou a matrícula e frequência escolar até os 17 anos, o que não necessariamente obriga a cursar o Ensino Médio. Outra política pública que surgiu, nas décadas de 2000 e 2010, foi o avanço na questão sobre a finalidade do Ensino Médio, com movimentos de interiorização dos Institutos Federais (antigos CEFET), com a implantação de nos estados que não possuíam, passou por 2007 e a meta de criar 150 novas instituições, por 2011 e a criação de mais 208 unidades até chegar em 2024, com a criação de 100 novos *campi*. Com o avanço dos Institutos Federais, que possuem

ótimo nível de ensino, em nenhum momento foi retirada a visão de trabalho relacionado com o Ensino Médio, mas sim de qualificá-lo.

As disciplinas pertencentes a essa etapa de ensino foram alvo de políticas públicas. A partir dos anos 2000, Filosofia e Sociologia foram agregadas ao currículo dessa etapa, permitindo uma formação mais ampla sem ser esquecida, principalmente nas escolas públicas, a questão da formação profissional. A reforma do Ensino Médio alterou o rol de disciplinas, retirando a obrigatoriedade de oferta em todos os anos de muitas disciplinas. Como mostra a Portaria nº 551/2023 da SEDUC, em 29 de dezembro de 2023, que definiu a nova organização curricular para as escolas estaduais a partir de 2024. Seguindo a alteração que começou com a Portaria nº 350/2021, houve diminuição na carga horária de todas as disciplinas, com algumas mais significativas, como biologia, física e química, com artes, sociologia, filosofia, ensino religioso e língua espanhola ofertadas em um ano somente e com um período semanal. Ao mesmo tempo, os itinerários formativos estão sendo implementados com carga horária progressiva e com componentes curriculares como Projeto de Vida presente em todos os anos.

É possível verificar que o Governo do Rio Grande do Sul prossegue com o processo de implementação do Novo Ensino Médio e, para tanto, encaminhou à Assembleia Legislativa três projetos de lei, uma proposta de emenda constitucional e um projeto de lei complementar para alterar diversos temas inerentes à educação gaúcha em geral e sobre o Ensino Médio em especial.

Passo a uma breve análise desses projetos encaminhados pelo Governador Eduardo Leite à Assembleia Legislativa. Começo observando a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 299/2023, a qual segue em tramitação, tem por finalidade a alteração de artigos da Constituição Estadual, como adequar a obrigatoriedade de matrícula para dos 4 aos 17 anos, promover o fomento a cursos de formação específicos para regiões que houver carência de profissionais em determinada área, realizar preferencialmente a oferta do Ensino Fundamental completo nas escolas e permitir a possibilidade da educação do campo ser realizada em escola na área urbana.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 517/2023 que visava a instituição do Marco Legal da Educação Gaúcha, foi aprovado e transformado na Lei Complementar nº 16,086, de 2024. Possui como orientação a promoção da governança, através da construção de metas e indicadores para acompanhamento

das estratégias traçadas na a área educacional, realizando o fortalecimento dos mecanismos para seleção e formação do magistério público estadual e promoção do empreendedorismo na rede estadual de ensino. Propõe como objetivos a melhora no Índice de Avaliação da Educação Básica (IDEB) no estado do Rio Grande do Sul; o compromisso de realização da alfabetização das crianças até o fim do 2º ano do Ensino Fundamental; a criação de uma política de valorização salarial do magistério estadual, a ser definida através de lei específica a ser encaminhada posteriormente; a busca de qualificação para o uso da tecnologia no aprendizado dos alunos; a expansão de vagas no Ensino Médio Integral para as escolas estaduais, com ênfase ao itinerário de formação técnica profissional; a gradual expansão das fontes de financiamento para atendimento às necessidades das escolas e de políticas públicas que venham a ser implementadas; e racionaliza a disponibilidade de investimentos públicos destinados à educação. É possível observar que o Governo, com essa lei, pretende obter maior capacidade de controle sobre os meios para conquistar resultados almejados para a educação gaúcha, simultaneamente a uma proposta de racionalização dos recursos públicos. No entanto, libera a iniciativa privada a realizar aportes financeiros nas escolas, o que contradiz sua proposta de controle.

O Projeto de Lei nº 518/2023, encaminhado pelo Governo Estadual e transformado na Lei nº 16.087 de 2024, realizou alterações na composição, funcionamento e atribuições do Conselho Estadual de Educação. Dentre as alterações, a de maior destaque foi a alteração do quantitativo de membros do Conselho para 28, sendo distribuídos de forma que 14 são indicados pelo Governo Estadual e 14 são indicados pela sociedade civil. Essa igualdade foi o ponto central de preocupação no debate do projeto. No entanto, ocorreu outra alteração importante, com caráter autoritário do Executivo: os atos deliberados pelo Conselho, após a aprovação da lei, só adquirem eficácia mediante homologação do Secretário Estadual de Educação e sua publicação no Diário Oficial do Estado. O Conselho Estadual de Educação perdeu autonomia.

O Projeto de Lei nº 519/2023, transformado na Lei nº 16.088 de 2024, alterou itens da gestão democrática nas escolas. Alterou a necessidade de revisão dos Projetos Político-Pedagógico das escolas seja realizado no primeiro ano de cada gestão das equipes diretivas eleitas, criou avaliações externas diagnósticas e formativas a serem coordenadas pela Secretaria de Educação, com o objetivo de melhorar os índices de aprendizagem e propõe uma avaliação contínua dos

resultados obtidos. Dispõe sobre a formação continuada dos profissionais, dando ênfase à execução dos currículos estabelecidos para as escolas estaduais. Definiu as atribuições dos diretores e vice-diretores e os casos que acarretam destituição do cargo durante o mandato. Instituiu uma etapa de pré-seleção dos candidatos ao cargo de diretor, que será realizada pela SEDUC/RS, com requisitos como participação em curso com aprovação e a necessidade de apresentação do Plano de Gestão como requisito para a formalização da candidatura, definindo as regras para a votação pela comunidade escolar. Definiu ainda os critérios de descentralização dos recursos financeiros às escolas em vários âmbitos para atendimento a suas necessidades, deixando a cargo da Secretaria Estadual de Educação somente obras e serviços de engenharia ou que excedam os valores fixados em Decreto do Poder Executivo. Ainda, regulamenta os conselhos escolares, compostos por membros da escola e da comunidade escolar, como órgãos de fiscalização e de execução dos recursos orçamentários repassados.

Por último, o Projeto de Lei nº 520/2023, proposto pelo Governo do Rio Grande do Sul, originário da Lei nº 16.089/2024, institui a Política de Educação Profissional e Técnica, com característica colaborativa entre governo, sociedade civil e setor produtivo, com o objetivo de expandir a oferta de cursos e qualificações técnicas, sempre atento às inovações permanentes do mundo do trabalho. Permite a participação ativa e articulada do setor produtivo com o setor educacional, com a permissão de compartilhamento de espaços e equipamentos entre empresas e escolas com a finalidade de formação profissional e técnica, inclusive permitindo a inclusão de estudantes em programas de aprendizagem e estágio, possibilitando alterações na formação disponibilizadas pelas escolas para atendimento às demandas do mundo do trabalho e das necessidades locais, objetivando a empregabilidade e a qualidade da inclusão produtiva dos estudantes na economia.

Observando esses projetos e as leis que suscitaram, observa-se a pior face do Novo Ensino Médio: a aproximação veloz da administração pública e da escola pública aos modos de gestão do setor empresarial, sem considerar a distinta natureza destas entidades, em face de suas finalidades e compromisso com o bem comum - não com interesses restritos.

O questionamento referente à aproximação das escolas ao mercado de trabalho, que realizo neste texto, não tem a intenção de desqualificar tal movimento, pois não são todos os jovens que demonstram interesse em continuar seus estudos.

A preocupação é com o direcionamento do jovem, principalmente o estudante de escola pública, para o mercado de trabalho sem uma formação consistente que oportunize emancipação humana, autonomia para transformar seu destino histórico, inclusive a possibilidade de ascensão a carreiras mais valorizadas ou a escolha por realizar um curso superior em uma Universidade pública.

A partir do próximo capítulo, passo a explicar o processo para realização da intervenção, sua realização e os resultados obtidos, ampliando a discussão sobre as questões político-educacionais e a realidade local

5 DA INTERVENÇÃO: Ensino Médio em Jaguarão: Como está? o que queremos?

A intervenção é uma etapa do Mestrado Profissional e requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unipampa. Na minha visão, o momento mais importante do processo, onde todo estudo e pesquisa é transformado em conhecimento compartilhado. Para tanto, segundo Costa e Ghisleni (2021, p.4) é “necessário que o pesquisador se debruce na análise de uma questão específica, que faz parte de seu universo profissional e carrega, portanto, marcas, posições, posicionamentos e relação de poder”. Pensar a intervenção dissociada do contexto da escola pública é, para mim e no PPGEdU da Unipampa, inimaginável. Embora não sendo professor do magistério público de nível médio, esta etapa sempre despertou meu interesse, provavelmente pelas recordações dos colegas, da época de estudante desta etapa, que eram reprovados e desistiram de continuar seus estudos. Outro fator de motivação é que esta etapa da Educação Básica possui menor quantitativo de estudos realizados pela Unipampa - Campus Jaguarão, quando comparados ao Ensino Fundamental.

No período de planejamento da atividade de extensão desenvolvida a título de intervenção, fez-se necessário pesquisar sobre quais metodologias seriam adequadas. No processo de tomada de decisões metodológicas, fez-se necessário observar não somente o objetivo da atividade como a intenção de induzir a maior participação possível de profissionais e estudantes dessa etapa na análise e discussão da política e gestão da educação em que atuam. Com esse objetivo em mente, conversei com professores que conheço e todos falavam da exaustão e sobrecarga em seus ambientes de trabalho. Partindo desses relatos parti em busca de uma metodologia que não causasse uma necessidade muito grande de trabalho fora do período de encontros coletivos, para não sobrecarregar em demasia os professores e estudantes das escolas participantes e fomentar sua motivação para a participação na atividade de extensão.

Com a intenção de permitir a participação de toda a comunidade escolar, a metodologia deveria permitir que pessoas com diferentes graus de instrução, diferentes idades e disponibilidades de tempo distintas. Optei por uma metodologia que permitisse o diálogo e a emissão de opiniões sobre o tema a todos os

participantes presentes. Decidi, então, selecionar a metodologia de Rodas de Conversa para os encontros presenciais. Moura e Lima (2014, p. 99) conceituam a Roda de Conversa “no âmbito da pesquisa narrativa, uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão”. Empenhei-me em estimular um diálogo aberto, franco, com a possibilidade de emissão de opiniões sem caracterização de certo ou errado. Essa metodologia se apresentou como uma boa solução para o desenvolvimento do trabalho proposto.

Com a finalidade de verificar se a seleção dessa metodologia era oportuna para o desenvolvimento da atividade, realizei uma conversa junto às escolas de Ensino Médio, geralmente com suas equipes diretivas, de maneira individualizada por escola. Ao relatar a proposta a ser desenvolvida e a metodologia a ser utilizada, as escolas prontamente se mostraram receptivas à atividade, inclusive com algumas propondo a disponibilização de um espaço dentro da instituição para realização da mesma e corroborando a dificuldade de participação dos profissionais caso ocorresse, por exemplo, em horário diferente do turno de serviço ou durante o sábado, por relatarem a dificuldade que encontram quando há curso de formação ou palestra nesses horários. Essas informações foram analisadas com a finalidade de verificar a necessidade de ajustes no planejamento realizado até o momento e a possibilidade de adequação às demandas apresentadas pelas equipes diretivas.

No entanto, um dos objetivos específicos era aproximar a universidade da população e vice-versa, promovendo o encontro dessas duas comunidades escolares e universitária para uma troca de experiências. Assim sendo, escolhi realizar os encontros na Unipampa para abrir as suas portas à comunidade externa. Ademais, a conversa junto às escolas permitiu entender que a realização de vários encontros seria um fator de desestímulo à participação dos profissionais da Educação Básica e da comunidade em geral. Optei, em acordo com a colega que me apoiaria e minha orientadora, por um número diminuto de encontros, com a finalidade de manter o engajamento na atividade, ainda que em detrimento do aprofundamento dos estudos e discussões. No entanto, a quantidade de material acumulado durante o processo e os vários problemas do Ensino Médio, acentuados pelas constantes mudanças de legislação causadas pelas mudanças na área política, causavam a necessidade de mais encontros. Na tentativa de maximizar as discussões e o acesso ao conhecimento, planejamos por complementar as

atividades realizadas presencialmente com atividades realizadas de maneira assíncrona, através da plataforma institucional para tais atividades, o Moodle.

Trabalhar com a plataforma virtual fortaleceu a necessidade de diversificar o material disponível. Utilizar textos e artigos acadêmicos, devido ao perfil dos participantes, o qual incluía estudantes do Ensino Médio, não seria o mais adequado. Com a modernidade e o acesso a internet presente na palma da mão de qualquer pessoa, usar essa ferramenta foi a opção escolhida. Optei, então, por utilizar vídeos que atendessem ao objetivo dessa proposta. Observei diversos vídeos que atendiam a alguns critérios como duração entre 15 e 20 minutos no máximo, de fontes diversas e acesso gratuito. Para tal, acabei selecionando vídeos na plataforma Youtube, com entrevistas diversas e opiniões de pesquisadores sobre os temas desejados. No assunto relativo ao Novo Ensino Médio, procurei opiniões contrárias e favoráveis. A utilização de textos fez-se necessária somente na discussão sobre os projetos de lei que foram apresentados para alteração da Reforma do Ensino Médio e alterações realizadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Com a finalidade de fomentar o compartilhamento do conhecimento adquirido durante a intervenção, foi disponibilizado no ambiente virtual um espaço para conversa, debate e emissão de opiniões entre os participantes, de forma escrita e complementar as realizadas nos encontros presenciais.

Na próxima seção descrevo como foi a atividade de intervenção, mais detalhadamente, desde seu planejamento até a execução.

5.1 O projeto de extensão

A atividade de intervenção ocorreu através do cadastro de um curso de extensão, junto à Universidade Federal do Pampa, para fins de certificação após o término, como um modo de viabilizar e valorizar a participação de professores e estudantes. A definição de extensão, pela própria Universidade Federal do Pampa, segundo a Resolução 332/2021, Artigo 1º, é

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula, amplia e desenvolve o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, possibilitando a produção e a integração de conhecimentos, pressupondo a participação coletiva [Universidade Federal do Pampa, 2021, p.1.]

Dentro dos limites estabelecidos por esta Resolução, em que os cursos devem possuir uma carga horária máxima de 180 horas e período máximo de execução de 18 meses, submeti um curso de extensão de 40 horas com duração de 2 meses entre seu primeiro encontro e o encerramento. Com a finalidade de facilitar a leitura e compreensão do processo de planejamento e execução deste projeto, o texto a seguir segue a ordem de realização das atividades, em cada momento contando com as atividades presenciais e as a distância. As discussões que ocorreram durante as etapas, junto aos participantes, aparecem brevemente no decorrer da descrição das atividades e também posteriormente, na análise dos momentos.

O curso de extensão foi intitulado “Ensino Médio: Como está? O que queremos?”. Estabeleci que seu objetivo seria analisar os dados disponíveis em relação ao primeiro ano do Ensino Médio, as alterações da base legal desde a introdução da Lei nº 13.415/2017 e principalmente a partir do ano de 2022 e como isso afetou (ou afeta) essa etapa de ensino. A ideia do curso foi utilizar três eixos principais para o seu desenvolvimento: passado, presente e futuro. O passado, ao analisar através dos dados estatísticos coletados, das políticas públicas desenvolvidas até o momento e perceber como é historicamente caracterizada, essa etapa de ensino; o presente, ao observar como a Reforma do Ensino Médio, sem esquecer da pandemia de COVID-19, está impactando nas escolas, tanto para estudantes quanto para professores e como mudou a realidade local; e o futuro, ao tentar imaginar como essa etapa de ensino, a partir das alterações propostas nos seminários e audiências públicas, assim como pelo Governo Federal nesse(s) último(s) ano(s) está se desenhando: - Qual a perspectiva educacional ao visualizar as mudanças que estão sendo propostas, ou seja, qual a perspectiva de controvérsias e disputas?

Nas subseções a seguir apresento os temas discutidos em cada um dos encontros presenciais e, posteriormente, em um espaço do Moodle que fora criado em especial para discussão e troca de conhecimentos entre as pessoas participantes.

5.1.1 1º Tema - Os dados estatísticos como instrumento de informação da situação atual

O primeiro encontro teve como tema principal a discussão sobre a situação das escolas de Jaguarão, tomando como ponto de partida a análise realizada a partir dos dados disponíveis de anos anteriores. Conhecer o histórico é importante para o entendimento da realidade, principalmente se considerarmos o fim do ciclo do atual PNE (2014/2024) e quanto essa compreensão auxilia no planejamento dos próximos. Na tentativa de trazer essa visão do passado para a nossa realidade, conhecer dados históricos de nosso país, estado e município auxilia também no entendimento da realidade escolar presente e próxima. Esse conhecimento não deve ser separado da realidade vivida, mas auxiliar no entendimento da situação atual e promover uma possibilidade de alteração do futuro.

Para a atividade presencial, trouxe os dados da pesquisa realizada sobre os dados educacionais do primeiro ano do Ensino Médio, disponíveis em portais de acesso público e sintetizados por mim; e procurei relacioná-los às políticas públicas vigentes no período abarcado pelos números selecionados.

O encontro presencial ocorreu na Unipampa com a participação da comunidade universitária - professores, estudantes e servidores técnico-administrativos - e de professores e estudantes de escolas de Ensino Médio da rede pública de ensino em Jaguarão. Comecei o encontro apresentando as principais políticas públicas destinadas ao Ensino Médio, que incidem especialmente sobre a educação pública no país. Apresentei primeiramente o Plano Nacional de Educação, a Lei nº 13.005/2014, destacando as metas relativas a essa etapa de ensino, as metas 3, 6 e 7, por serem as que atualmente estão norteando as ações de governo e das escolas.

Aumentar a quantidade de estudantes matriculados nas escolas de Ensino Médio é um problema noticiado rotineiramente em nossos meios de comunicação, pois pode ser percebido pelos índices de abandono presentes em nossas escolas e pela taxa líquida de matrícula. Alcançar a Meta 3, ou aproximar-nos o máximo possível desse percentual, não é tarefa fácil e segue sendo um gargalo na educação no País, no estado do Rio Grande do Sul e na localidade de Jaguarão, agravado durante os anos de 2020 e 2021 pela pandemia de COVID-19, que trouxe novos desafios a educação pública.

Na tentativa de atingir a Meta 3, os governos estão utilizando a Meta 6, aumentando a oferta de educação de tempo integral. No Rio Grande do Sul tem-se a política denominada “Ensino Médio em Tempo Integral”, inclusive com uma escola-piloto sendo implementada no município de Jaguarão. Esse assunto foi o primeiro a ocasionar comentários pelos participantes, como a fala de uma professora informando que “nossa escola teve uma grande quantidade de matrículas novas na implantação, pois os pais e estudantes não querem aderir”. Note-se que a escola em foco não ainda não faz parte do programa em questão.

Em relação à Meta 7, de atingir o IDEB 5,2 para o Ensino Médio, foi comentado que o governo estadual tentou de várias maneiras promover o aumento da aprovação para melhorar os índices.

A seguir foi apresentado o Plano Estadual de Educação, com semelhanças em relação ao PNE, no entanto, com estratégias bem estabelecidas para sua implementação. Para atingir os objetivos traçados em relação ao Ensino Médio, destaquei: o aumento de vagas para o Ensino Médio, o fortalecimento dos mecanismos de acesso e apoio à referida etapa, a diminuição da defasagem idade-série com correção de fluxo, a melhoria das estruturas físicas das escolas, o fortalecimento da gestão democrática e a redução dos índices de reprovação e evasão. Os professores presentes questionaram como o governo desconsiderou alguns destes compromissos legais, por exemplo, aumentar as vagas se não há melhoria na estrutura física das escolas, a correção de fluxo sem um apoio extra aos estudantes e condições nas escolas. Questionaram: Como os estudantes que trabalham são acolhidos pelo governo? Citaram as “manobras” realizadas para mascarar os índices educacionais e melhorá-los. Criticaram as políticas em descaso - e não de fortalecimento - da gestão democrática, quando o governo encaminha projetos de lei que alteram a composição do Conselho Estadual de Educação e incluem novas regras para eleição de diretores. Qual é a concepção de gestão democrática do atual Governo do Estado? Vários questionamentos e discussões surgiram desses pontos e serão analisados em seção seguinte.

Em continuidade, apresentei os dados relativos ao 1º ano do Ensino Médio que obtive durante a pesquisa diagnóstica, presentes neste Relatório. Comecei comentando sobre como realizei o levantamento de dados e passei então a apresentá-los. Justifiquei a escolha do 1º ano, em especial, por ser o ano com piores

índices e onde há maior retenção de estudantes, seja pela reprovação, abandono ou evasão.

Demonstrei os índices de aprovação, com o levantamento realizado no período de 2016 a 2022; mostrei as médias municipais sempre inferiores às médias estadual e nacional, questionando as dificuldades e mostrando como os anos de pandemia foram um período atípico, pois descartando esse período, as médias municipais seguiram praticamente as mesmas. Um estudante do Ensino Médio inclusive falou que “durante o período de ensino remoto, todo mundo foi aprovado” e “agora com o retorno às aulas ‘normais’, voltou a realidade das dificuldades”. Posteriormente, apresentei os índices de reprovação e abandono, dos quais surgiram temas como políticas públicas para melhoria desses índices, tempo integral, programas de alimentação e transporte escolar. Os estudantes secundaristas questionaram a eficácia dessas políticas para permanência, pois não há um grande incentivo para a continuidade dos estudos e os professores do Ensino Médio relataram sobre a pressão para melhora dos indicadores educacionais.

Avancei, então, aos índices de distorção idade-série, observando o gargalo formado no 1º ano do Ensino Médio, como esse índice é elevado para a cidade de Jaguarão. Foi comentado como esse problema não é específico do Ensino Médio, mas é acentuado nesta etapa devido à possibilidade do estudante abandonar por completar a maioria e ingressar no mercado de trabalho. Interrelacionado a esse índice, debatemos sobre como o Nível Socioeconômico impacta no desempenho dos estudantes e como as políticas públicas deveriam agir para atenuar essa diferença.

Nos encontros presenciais, desde o 1º, houve a apresentação do Moodle, no qual estariam subsídios para a complementação dos estudos e debates. O primeiro módulo disponibilizado no Moodle teve por objetivo entender a formulação das políticas públicas, seus objetivos, suas avaliações e conhecer os índices disponíveis. Como dito antes, por ser um curso de extensão que abarcava estudantes de graduação e Ensino Médio, optou-se por disponibilizar vídeos curtos, de até 15 minutos, sobre o conteúdo proposto. Para esse módulo inicial, foram selecionados 8 vídeos que comentavam sobre as políticas públicas, o SAEB, IDEB e o trabalho com indicadores para a melhoria da qualidade no ensino público. Ao final, disponibilizou-se um espaço para dúvidas e comentários dos participantes.

Essas duas modalidades, presencial e virtual, visavam a complementação do conhecimento para a discussão sobre o Ensino Médio. Após a análise de um breve

histórico da situação educacional do município, o próximo ponto a ser avaliado foi a Lei nº 13.415/2017.

5.1.2 2º Tema - Presente: o Novo Ensino Médio

O objetivo desse encontro era conhecer a Lei nº 13.415/2017, sua origem, forças apoiadoras e opositoras, como está sua implementação e as alterações ocasionadas nas escolas. Para esse momento, convidei a pesquisadora Ângela Both Chagas, estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com seu enfoque de pesquisa no Ensino Médio durante sua carreira acadêmica. Ângela participou de diversos debates e conversas acerca do Novo Ensino Médio e seus desdobramentos, com foco no realizado pelo Governo do Rio Grande do Sul, como ocorre a implementação e as alterações no estado e seus desdobramentos. Ela é crítica ao modelo do Novo Ensino Médio desde sua promulgação e destaca a dificuldade da implantação do principal item destacado desde o começo da veiculação de propagandas governamentais: a possibilidade de escolha dos estudantes, principalmente em cidades onde uma única escola de Ensino Médio é disponibilizada. Segundo Chagas e Saraiva (2018, p.4) “do total de 497 cidades gaúchas, em 356 verificou-se tal situação”.

Ângela Both Chagas, em sua fala, por webconferência, mostrou o percurso das políticas públicas para o Ensino Médio, anterior à Lei e as alterações realizadas, explicando os principais tópicos de mudança, inclusive um ponto bem discutido no município de Jaguarão: a implementação das escolas de tempo integral. Neste tema ela foi questionada por um participante sobre a origem dessa política pública e qual a motivação para a implementação, visto que há uma resistência por parte da comunidade jaguarense em manter seus estudantes em tempo integral. Posteriormente, apresentou o catálogo de trilhas oferecidas pelo Ensino Médio Gaúcho, nome dado pelo Governo do Rio Grande do Sul ao Novo Ensino Médio implementado, em uma figura que causou espanto aos estudantes do Ensino Superior presentes, devido à quantidade de opções de que dispõem; mas foi ressaltado que as escolas, em sua maioria, oferecem somente dois. Explicou como é o processo de escolha pelos estudantes e como cada trilha tem desdobramentos dentro dela. Foi possível perceber entre os participantes a dificuldade no

entendimento de como se vinculam itinerários e trilhas às disciplinas tradicionais e, principalmente, em relação à formação que os professores tiveram durante sua graduação e a necessidade de adaptação para ministrar esses conteúdos.

A fim de complementar a ótima fala de Chagas aos participantes, foram disponibilizados no Moodle seis vídeos, alguns defendendo a reforma e observando pontos considerados positivos e outros criticando e apontando pontos negativos. O intuito foi que os participantes desenvolvessem uma opinião sobre a Reforma do Ensino Médio, em implantação, e que sejam capazes de analisar e avaliar, defendendo ou criticando. Como no outro módulo, houve um espaço para debate e conversas sobre a Lei, seus desdobramentos e como alterou a realidade das escolas.

O próximo encontro presencial foi pensado com o objetivo de analisar as mudanças propostas pelos projetos de lei federal e estadual, qual a problemática que os envolve e a motivação para essas alterações.

5.1.3 3º Tema - O futuro: as mudanças no Ensino Médio através dos Projetos de Lei

O terceiro encontro presencial teve o intuito de conversar sobre o futuro do Ensino Médio em geral e suas implicações na nossa realidade. Para esse encontro, foi disponibilizado o PL 5230/2023, de origem federal, e os projetos encaminhados pelo governo gaúcho.

O Projeto de Lei encaminhado pelo Governo Federal propôs alterações no Novo Ensino Médio em relação às disciplinas disponibilizadas, a carga horária, os itinerários formativos, o notório saber, a possibilidade de uso de ensino a distância para cômputo das horas necessárias, entre outros assuntos. Esse debate foi importante para compreender qual o sentido desse projeto de lei e quais pontos seriam alterados. Comecei apresentando os principais pontos de alteração propostos pelo Projeto de Lei, como alteração das horas e conteúdo de formação geral básica, inclusão de disciplinas como obrigatórias que haviam sido retiradas pela Lei nº 13.415/2017 da formação geral básica, diminuição da quantidade de itinerários formativos e obrigatoriedade de oferta de no mínimo dois desses por escola. Na época da intervenção, havia sido nomeado recentemente o relator do

Projeto de Lei, o Dep. Mendonça Filho, sem no entanto a apresentação do projeto final.

Partiu-se, então, para a discussão dos projetos de lei, propostas de emenda constitucional e projeto de lei complementar encaminhados pelo Governo do Rio Grande do Sul à Assembleia Legislativa. Comecei conversando sobre a Proposta de Emenda Constitucional 299/2023, visando adequar alguns itens a legislações superiores, como a matrícula obrigatória dos 4 aos 17 anos e outros itens de cunho de política governamental e outros especificados anteriormente. Comentários surgiram sobre a oferta de Educação do Campo em escola urbana, sendo esta modalidade tratada como um anexo à escola, sem um sentido de pertencimento da comunidade.

O segundo item apresentado e debatido foi o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 517/2023. Com foco na governança, elaboração de metas e indicadores para acompanhamento das estratégias, fortalecimento dos mecanismos de seleção e formação do magistério público e promoção do empreendedorismo. O questionamento foi em razão da abertura de espaço à iniciativa privada no interior das escolas e a influência que pode vir a ter essa liberação da iniciativa privada no seio da escola.

O terceiro item de discussão foi o Projeto de Lei nº 518/2023 que propôs alterações na estrutura do Conselho Estadual de Educação, com a alteração dos membros de forma a haver paridade entre o quantitativo de membros da sociedade civil e do governo. Esse item foi questionado, pois os participantes consideraram haver vantagens ao governo nas votações, associadas à possibilidade de veto das decisões do Conselho pelo Secretário Estadual de Educação. Foi inclusive lembrada a questão da gratificação recebida pelos participantes do Conselho, a qual poderia ser utilizada como forma de pressão do Governo para atendimento às suas demandas.

O quarto item discutido foi o PL 519/2023, propondo alterações na gestão democrática das escolas, como a vinculação de elaboração do PPP ao primeiro ano de gestão das equipes diretivas, criação de avaliações externas diagnósticas e formativas sob a coordenação da SEDUC/RS, com enfoque na melhoria dos índices de aprendizagem e avaliação contínua e a definição das escolas ficarem responsáveis pelo gerenciamento dos recursos financeiros, sob responsabilidade do Conselho Escolar ou na ausência deste, dos diretores. As falas demonstraram

bastante preocupação em relação à quantidade de atividades de responsabilidade dos diretores e a cobrança gerada, podendo causar um esvaziamento maior nas inscrições para concorrerem ao cargo.

O último Projeto de Lei discutido, o nº 520/2023, institui a Política de Educação Profissional e Técnica, com construção colaborativa entre governo, sociedade civil e setor produtivo, para atendimento às inovações do mundo do trabalho, através da participação ativa e articulada do setor produtivo com a escola, inclusive com a possibilidade de compartilhamento de espaços e equipamentos para a oferta da Educação Profissional e Técnica. Esse Projeto de Lei preocupou os participantes que observaram o direcionamento precoce dos estudantes secundaristas para o mercado de trabalho, nas escolas públicas, o que provavelmente não ocorrerá nas escolas privadas.

Esses projetos de lei, de emenda constitucional e de alteração do Ensino Médio foram discutidos no encontro presencial e disponibilizados no Moodle, para continuidade das discussões e sua leitura em inteiro teor. Participaram das discussões dos temas 41 estudantes de graduação, 44 do ensino médio, 4 docentes da Unipampa, 5 docentes do ensino médio e 1 servidor terceirizado da Unipampa, totalizando 95 participantes.

Essas discussões, conversas, opiniões, questionamentos serão trazidos na próxima seção. As imagens dos encontros estão inseridas nos anexos deste texto, no Anexo A estão os dados relativos ao projeto de extensão, no Anexo B estão às imagens realizadas durante os encontros presenciais, no Anexo C estão às imagens dos módulos de discussão na Plataforma Moodle e no Anexo D encontra-se o relatório final da atividade de extensão.

5.2 Análise das discussões ocorridas durante a intervenção

Esta seção traz uma análise das conversas e informações fornecidas pelos participantes da atividade de intervenção. Com o propósito de fluidez da leitura, optei por agrupar todas as informações colhidas durante os encontros em uma única redação. O desenvolvimento dos encontros mostrou a interligação entre as temáticas selecionadas, não havendo razão para separar as opiniões e comentários dos participantes por encontro, porque acarretaria em um movimento de progressão

e retorno no assunto cansativo. Escolhi, então, trazer as opiniões através de um encadeamento entre elas, mesmo não pertencentes ao mesmo encontro.

Para a análise das falas, tomei como base a Análise do Discurso, orientada por Fischer (2001) que a aplica em Educação utilizando preceitos de Foucault. Esse modelo de análise não foca somente no discurso captado, mas considera as condições do entorno como igualmente importantes, como o contexto de fala, quem fala, a quem fala, a posição social de quem emite o discurso. Estes aspectos são tão importantes quanto o discurso em si. Fischer (2001, p. 198) mostra que “para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas”, ou seja, não somente analisar o discurso, mas também o que não foi falado e as demonstrações de intenção das pessoas discursantes. A escolha por não falar algo pertence ao autor do discurso e, portanto, não pode ser analisada. Como ensina Orlandi (2001, p. 26), “a Análise do Discurso visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação”, nesse caso, foram considerados objetos simbólicos as falas ou escritos registrados durante a pesquisa.

Já Foucault (1971, *apud* Fischer, 2001, p.199) apresenta que as relações entre essas podem não ser visíveis diretamente, mas são passíveis de serem identificadas, como na relação entre professor e estudante, empregador (governo) e empregado (servidor), propositor e participantes de atividades. Por isso, analisar a fala e o posicionamento de um professor e/ou de um estudante, sobre um assunto em comum, demanda uma análise a partir de pontos diferentes. Vivências, experiências, local de fala, função social, tempo de estudos e experiências vividas são distintos entre cada emissor, embora minimamente agrupáveis. Os diferentes discursos produzidos nos encontros do Projeto de Extensão, em rodas de conversa, apontaram diferentes avaliações, embora com um ponto de convergência: a necessidade de melhorias nessa etapa da educação básica e de maior atenção aos estudantes, profissionais e escolas por parte dos governos e da sociedade.

Relatando as falas dos participantes, começo por um comentário que se distancia da grande maioria dos outros, a respeito da situação do Ensino Médio atualmente. A participante “E”, estudante do Ensino Superior, comenta que o equívoco do Novo Ensino Médio não se encontra na sua concepção, mas nas

condições estruturais das escolas, que não conseguiriam atender a esse modelo. “E” destaca que

A proposta visa integrar teoria e prática, promovendo uma educação mais contextualizada. No entanto, a efetividade depende da infraestrutura das escolas, capacitação de professores e envolvimento dos alunos. Há um potencial impacto positivo na preparação para o mercado de trabalho, mas desafios na equalização de oportunidades educacionais podem surgir. (participante E, estudante do Ensino Superior, em atividade no fórum de discussão Moodle, 2023)

É uma fala que mostra um ponto de vista sobre a reforma. A estudante comenta sobre as condições de infraestrutura escolar, capacitação dos professores e envolvimento dos alunos. Essas três variáveis juntas e apontando para o mesmo objetivo, sem dúvida, facilitariam o processo de implantação de uma política educacional. Reforça o enfoque da reforma de preparar para o mercado de trabalho e justifica as dificuldades de implantação, os desafios para que se alcance a equalização das condições de trabalho docente e aprendizagem dos discentes. Disse que sendo hoje estudante do Ensino Superior, ela não enfrentou como aluna do Ensino Médio as dificuldades impostas pela reforma em implantação, não conseguindo compreender integralmente o significado delas. No entanto, consegue perceber as dificuldades de infraestrutura persistentes nas escolas públicas.

Esta dificuldade de infraestrutura das escolas é recorrente em diversas falas, como a de “L”, professora do Ensino Médio, que destaca “a infraestrutura das escolas não comporta nem as aulas atuais, quem dirá o Ensino Médio integral”. Durante a intervenção, a preocupação com o Ensino Médio em tempo integral foi recorrente, devido a ser uma novidade na comunidade de Jaguarão, considerando as alterações que deverão ocorrer nos ambientes escolares, tanto da escola-piloto como das outras.

Sobre a infraestrutura, disseram que o Governo Federal já sabia, ou parecia saber, dessa problemática quando emitiu a Medida Provisória nº 746/2016 e destinou recursos para para melhoria da infraestrutura, embora condicionados à disponibilidade financeira no Ministério da Educação.

A Reforma do Ensino Médio relativamente à política curricular, ou seja, às alterações nos objetivos educacionais, também propiciou vários comentários. A alteração para uma formação voltada ao mercado de trabalho foi questionada pelo participante “J”, estudante do Ensino Superior, ao comentar que

Impactou estudantes de famílias pobres uma formação que distancia mais da universidade e profissões de melhor remuneração. As mudanças sendo implementadas sem que as escolas tem (sic) recebido recurso para as necessárias adequações do novo currículo. (participante *J*, estudante do Ensino Superior em atividade no fórum de discussão no Moodle, 2023)

O discurso de “*J*” reverbera o de especialistas como Motta e Frigotto (2017, p. 368) ao falarem da reforma, pois ela “retoma, de forma pior, o Decreto no 2.208/1996, que já aprofundava a dualidade estrutural entre educação profissional e educação básica [e acaba sendo] uma confissão explícita de que o MEC assume, de fato, uma divisão classista da educação”. Outros participantes reforçam essa ideia, como “*M*”, professora da rede pública estadual: “o Novo Ensino Médio não contempla os alunos trabalhadores”, falando dos estudantes que necessitam realizar atividades laborais durante o dia e prosseguir seus estudos no período noturno. Esse fato já era questionado e preocupante antes da Lei nº 13.415/2017 e, com a sua implementação no Ensino Médio noturno, houve a extensão da quantidade mínima de horas aula, adaptada a esse turno de ensino de modo que 30% de sua carga horária fosse disponibilizada de forma remota e assíncrona.

Em relação à carga horária, surgiu o questionamento sobre o Ensino Médio de Tempo Integral, programa desenvolvido pelo Governo do Rio Grande do Sul. O primeiro comentário que destaquei foi de uma professora do Ensino Médio, atualmente em cargo de gestão, “*C*”, informando que sua “escola tem recebido muita matrícula de estudantes que saíram da escola que está implementando o tempo integral”, explicando que esse movimento é multifatorial, como a não adaptação a obrigatoriedade de ficarem na escola em mais de um turno, por necessidade de trabalhar ou auxiliar em casa, cuidando dos irmãos ou de afazeres domésticos, como já anteciparam Franzoi et. al (2019). Esses autores já expressavam “a privação do direito à educação de forma plena para a parcela da população juvenil brasileira envolvida com o trabalho na idade correspondente ao Ensino Médio” (FRANZOI et al., 2019, p.6), no mesmo sentido da fala de “*M*” sobre a exclusão de alunos trabalhadores. Ser trabalhador e estudar já é de difícil conciliação, participar do tempo integral pode ser considerado como muito difícil de ser realizado.

Ainda sobre o mesmo assunto, o participante “*V*”, estudante do Ensino Superior, questionou no encontro sobre o novo Ensino Médio: “De onde tiraram essa ideia?” Ao falar sobre a política de Tempo Integral, a palestrante Ângela Both Chagas explicara a origem da política, presente na Meta 6 do PNE 2014-2024. As

condições sociais de grande parte da população local e as limitações de infraestrutura e quadro de pessoal das escolas de Jaguarão, junto com o desconhecimento sobre os benefícios e as possibilidades de uma educação escolar em tempo integral, permitem que se entenda o questionamento presente em boa parte dos participantes. Há, evidentemente, certa resistência ao modelo. Desse assunto surgiram conversas sobre o currículo do Ensino Médio.

As alterações realizadas no processo de implantação do Novo Ensino Médio foram bastante questionadas. Das alterações nas disciplinas oferecidas, surgiu um importante questionamento: Com essa alteração no currículo, como fica a formação dos docentes?

Os participantes questionaram o que será ensinado nas escolas, tendo a participante “K”, estudante do Ensino Superior, comentado que

[...]alterando o currículo que antes era por disciplinas para uma divisão por áreas do conhecimento. Pensando nisso, o que propunha ser um ensino alinhado com as necessidades dos estudantes se tornou um grande pesadelo para os alunos e professores, com carga horarias (sic) excessivas, aumento de condições de desigualdade, infraestruturas precárias, contradições, falta de formação e o DESCARTE DE DISCIPLINAS. (participante K, estudante Ensino Superior, em fórum de atividade no Moodle, 2023)

A fala dessa estudante vai ao encontro ao questionamento de estudiosos, sobre as disciplinas ofertadas aos estudantes. Anteriormente, a chamada formação geral básica tinha uma lista de disciplinas com maior carga horária, ocupando praticamente todo o horário do Ensino Médio. No entanto, diminuiu a carga horária da formação básica e restringiu disciplinas obrigatórias como matemática, português e língua inglesa. Segundo Santos et. al. (2021, p. 7) “os itinerários formativos da nova versão do Ensino Médio preparam o jovem para competências distintas, priorizando algumas disciplinas em detrimento de outras”, ou seja, um jovem de 15 anos decidirá o itinerário que irá cursar, entre os disponíveis na escola em que estuda, e indiretamente decidir o futuro profissional que pretende, pois cada itinerário tem enfoque no aprofundamento de uma área do conhecimento em face das outras. Entretanto, em Jaguarão não temos, até o momento, o itinerário da formação técnica e profissional nas escolas estaduais.

A ênfase das questões e comentários havidos nos três encontros foi relativa aos estudantes, como eles estão sentindo e percebendo as alterações já feitas ou previstas para as escolas de Ensino Médio. No entanto, outro participante importante

desse processo também é impactado significativamente: os professores. Essa preocupação surgiu em falas de docentes do Ensino Médio e estudantes de licenciatura que participaram das atividades.

Remeto agora à fala da participante “A”, professora do Ensino Médio, que devido à sua formação leciona disciplinas de artes mas com o novo currículo introduzido na implantação da Lei nº 13.415/2017, acaba por “estar cada dia em uma escola diferente, para cumprir a sua carga horária”. Este fato foi corroborado por outros professores que apontaram disciplinas que na atual versão do currículo acabaram por perder horas semanais. Afirmaram ter de lecionar “novas disciplinas”, para as quais não se sentem preparados, para completar a carga horária. Os professores que trabalham mediante contratos temporários comentaram sobre o “convite” para lecionar os conteúdos novos ou que poderiam ser substituídos. Relataram, ainda, diversos professores, a dificuldade de planejamento dessas novas disciplinas, como projeto de vida, empreendedorismo, saúde, cultura e qualidade de vida, devido a sua formação não ser específica para esses conteúdos e terem poucas oportunidades de formação continuada e poucos materiais de apoio.

Dentre os estudantes da Universidade que participaram dos encontros, “T” defende que “haja formação para estes profissionais, para que eles consigam passar conhecimento e aprendizagem para os educandos.” Comentaram os professores estaduais que a Secretaria de Educação disponibilizou formação apenas através de “lives” e materiais para a preparação dos professores da rede, como por exemplo, para a disciplina de projeto de vida. Esse processo de inovações curriculares com rearranjos do conhecimento acadêmico e prático, com professores sendo preparados para um novo componente curricular em um curto espaço de tempo, mostra uma característica descrita por Krawczyk e Ferretti (2017) como flexibilização da formação docente, que

surge no bojo de controvérsias entre conselhos estaduais de educação, os próprios secretários de educação e os cursos de licenciatura das universidades públicas. A crítica principal é que os currículos de formação de professor pecam pelo excesso de teoria e pouca prática, são muito demorados e custosos para as instituições formadoras. (Krawczyk e Ferretti, 2017, p.40)

Essa preocupação com a formação do professor faz parte da fala de “V”, estudante do Ensino Superior, que encontra “fragilidade por conta da formação dos professores”, principalmente ao observar as novas disciplinas propostas após a Lei,

que não possuem padrão estruturado em um currículo que forneça os fundamentos destas aos professores, o que acarreta na escola a docentes “ministrando disciplinas que eles nem sabem pra onde vão”, devido à dificuldade de compreender todo o processo.

Compreendo que a flexibilização nas exigências de formação dos professores decorre não somente de uma concepção epistemológica e/ou pedagógica, mas de características mercadológicas que estão ocultas no Novo Ensino Médio, pois é considerado extremamente custosa a formação de professores e que esta não entrega profissionais qualificados para os conteúdos “modernos” e as necessidades mutantes do mercado de trabalho e, por consequência, das redes de ensino.

As questões da influência do mercado aparecem não somente na formação dos profissionais ou nas disciplinas ofertadas. Elas surgem também através das políticas educacionais que enfatizam o resultado, características da gestão de Estado implementada no Brasil com o foco na eficiência.

Os dados estatísticos deveriam permitir uma leitura das dificuldades e auxiliar na realização de propostas para seus enfrentamentos. No entanto, eles são usados mais com enfoque no controle de gastos e na cobrança de resultados das unidades.

Um outro ponto levantado foi relativo às avaliações em larga escala. Percebe que a gestão governamental considera essas avaliações importantes, por fornecerem informações para as tomadas de decisões e em avaliações internacionais, como do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA). No entanto, essa preocupação com as avaliações em larga escala foi criticada pelos participantes. O primeiro comentário foi feito por “M” expressando que a “gestão está preocupada com os resultados das avaliações, pois cobram os professores”. Certamente essa cobrança da gestão da escola é ocasionada por cobranças dos governantes que desejam números positivos da sua rede de ensino, para serem apresentados durante sua próxima campanha eleitoral.

Quando foram apresentados os dados levantados durante a pesquisa dos índices de aprovação, reprovação e evasão, os questionamentos surgiram. Um ponto foi levantado ao verem os números dos anos de 2020 e 2021, relativos à pandemia de Covid-19 e isolamento social, quando examinamos os índices de aprovação, de praticamente 100%. “M”, professora do Ensino Médio, informou que “o foco foi praticamente na busca ativa com aumento dos prazos durante a pandemia, inclusive com professores sendo coagidos para melhora dos índices”,

relatando a tendência à aprovação dos estudantes em detrimento de uma avaliação do conhecimento. É notório que não havia preparação na área educacional para o contexto da pandemia e, mais notório, que esse momento afetou os estudantes de forma diferente, conforme seu nível socioeconômico, o que acabou por causar sobrecarga de trabalho nos profissionais da educação. No entanto, a fórmula usada para minimizar os problemas decorrentes da pandemia foi a aprovação dos estudantes de modo irrestrito, fato que foi ressaltado como negativo por “W”, estudante do Ensino Médio, ao expressar que “durante a pandemia todo mundo passava, era só entregar um trabalhinho e deu, agora após a pandemia, voltou a realidade”. Esta situação foi corroborada por outros presentes, quando observaram os índices educacionais pré e pós período pandêmico, que retornaram a valores próximos aos registrados no ano de 2019.

A elevada taxa de reprovação, atingindo aproximadamente metade dos estudantes do 1º ano do Ensino Médio em algumas escolas da cidade de Jaguarão, durante o período analisado, suscitou críticas significativas. Em uma dessas análises críticas, “M” abordou as políticas de permanência como sendo uma “falácia”, argumentando que o propósito subjacente não é promover uma formação integral nem incentivar os estudantes, mas sim “maquiar” os índices educacionais. Adicionalmente, “M” destacou que a reforma educacional em questão não visa uma abordagem integral do desenvolvimento do estudante, limitando-se a ajustar o formato educacional na tentativa de melhorar os indicadores, enquanto negligencia disciplinas fundamentais e introduziu outras com enfoque mais direcionado para o mercado de trabalho. Essas críticas refletem uma parte substancial do debate em torno do novo Ensino Médio, apontando para questões relativas à sua eficácia e à sua capacidade de atender às necessidades educacionais e formativas dos estudantes.

Na abordagem sobre os índices de reprovação, “J”, professor do Ensino Médio, destaca uma preocupação com a qualidade do sistema educacional. Ao argumentar que “esses índices de reprovação são de 50% pois são trabalhos e não provas”, explicita que caso as avaliações fossem mais rigorosas o índice seria muito pior. Comentou que, caso a cobrança fosse por uma boa aprendizagem, o índice de aprovação poderia decair a valores comparáveis ao da evasão, que é de aproximadamente 10%. Foram ainda questionadas as metodologias de avaliação atuais, as quais, no seu entendimento, têm por objetivo facilitar a aprovação dos

estudantes e enfoque na melhoria dos índices educacionais. As professoras do Ensino Médio “L” e “M” destacaram casos de estudantes reprovados em várias disciplinas em um ano letivo serem promovidos no ano seguinte, sem ocorrer a reprovação. Foram relatados mais casos de aprovação de estudantes que não deveriam ter sido aprovados, sendo inclusive mencionada a Portaria nº 305/2022, que permite estudos de recuperação para estudantes sem a frequência mínima exigida, vista como uma tentativa de mascarar os índices. Essas falas relatam a necessidade de revisão das políticas e práticas educacionais, buscando uma educação de qualidade.

Nos comentários decorrentes da visualização dos números de abandono, surgem falas de não inclusão dos alunos com deficiência de maneira satisfatória, como no caso citado por uma estudante do Ensino Médio sobre a falha das políticas públicas para estudantes provenientes do interior do município e que necessitam de transporte escolar para realizarem seus estudos, ressaltando a necessidade de se pensar na educação do/no campo para uma etapa de ensino tão importante como o Ensino Médio. Outra estudante, de nível superior e advinda de outro estado do Brasil, relatou que durante seus estudos necessitava de transporte que poderia durar horas, com a finalidade de completar seus estudos e pensava que no sul do país, essa problemática já teria sido solucionada.

Com relação às políticas públicas de educação, os professores do Ensino Médio presentes levantaram questionamentos sobre os projetos de lei encaminhados à Assembleia Legislativa pelo Governo do Rio Grande do Sul. Manifestaram-se quanto à alteração no processo de seleção dos diretores nas escolas, a distribuição de recursos financeiros e as qualificações da carreira docente. Destacaram não haver nos projetos encaminhados a previsão de valorização pecuniária aos profissionais da educação e que ansiavam que mudanças ocorressem durante as discussões na Assembleia Legislativa, principalmente nos projetos que atingiam a reestruturação do Conselho Estadual de Educação e o processo de seleção dos diretores das escolas estaduais.

Nos estudantes do Ensino Superior, os dados apresentados provocaram comentários como o de “J” ao mencionar que “O Que era preocupante piorou ainda mais com a pandemia” e que a tentativa de melhoria no processo de aprendizagem educacional deveria “saber como adequar os conhecimentos prévios dos educandos aos conteúdos curriculares da escola”, em uma tentativa de conciliar os conteúdos

escolares com as habilidades previamente desenvolvidas pelos estudantes. Essa formação integral dos alunos deveria ser a tônica de um ensino que vise a qualidade e tenha como consequência, não como objetivo, melhorias em seus índices.

Essa busca pela qualidade ganhou nova roupagem com o Novo Ensino Médio. O que era visto como uma formação integral do estudante, no sentido de formação para todas as vivências da sociedade, mudou para o que Moraes (2006) indica ao apontar que a aprendizagem é por

responsabilização individual, a racionalidade econômica, o ethos mercantil forçaram não só o deslocamento da educação para a formação, mas também da formação para a aprendizagem. Surge, assim, a 'aprendizagem ao longo da vida' como política educativa do novo Estado neoliberal, orientado para a resolução dos problemas da competitividade econômica. (Moraes, 2006, p.397)

O foco central da Lei nº 13.415/2017 é a alteração de uma formação integral para uma formação que visa a competitividade econômica e as relações hierárquicas entre capital e trabalho, em detrimento da formação como ser individual e pensante, como cidadão crítico e propositivo. Da pejetização, da precarização do trabalho moderno e da diminuição das garantias relacionadas aos vínculos empregatícios, surge a necessidade de formação com destaque para a capacidade de adaptação às necessidades do novo modelo de trabalho imposto pelo capitalismo, contrapondo-se a uma formação cultural e científica como uma base sólida.

Outro aluno de graduação que participou das atividades, denominado "V", conseguiu sintetizar a discussão sobre os índices educacionais e outros assuntos debatidos nos encontros, ao mencionar em sua escrita no Moodle que

Os dados educacionais refletem uma realidade precária na educação brasileira, porém nem sempre esses instrumentos são capazes de avaliar com exatidão esses mesmos dados, devido à falta de adaptação nas aplicações aos devidos grupos de pessoas inseridas no meio educacional institucional. Mas, ainda assim, denunciam uma realidade bastante sucateada sobre si mesmos e sobre a educação vigente em nosso país (participante V, estudante do Ensino Superior, em fórum de discussão no Moodle)

Com todo o debate e trocas de ideias desencadeadas dos encontros da atividade de intervenção, cumpre observar a preocupação dos participantes não só com a aprovação dos estudantes, mas com outros temas subjacentes e igualmente importantes, tais como uma aprendizagem significativa e ampla, que os habilite a serem seres pensantes e transformadores da realidade, a permanência dos jovens

nas escolas e com capacidade de finalizarem os seus estudos de nível médio, mesmo frente às dificuldades encontradas por todos os estudantes desta etapa de ensino e que logrem continuar seus estudos e uma vida com qualidade social. Os estudantes secundaristas observaram que a atual formação não lhes oferece o mínimo necessário para o prosseguimento de suas vidas com a qualidade desejada, tanto no campo profissional quanto pessoal. Os professores do Ensino Médio explicitaram que se encontram sobrecarregados em vários sentidos, fisicamente e psicologicamente, com dificuldades para o pleno desenvolvimento de suas atividades educacionais. Estudantes de graduação, futuros licenciados e aspirantes a cargos de docência, vislumbraram que sua formação profissional atual não os prepara plenamente para os desafios que encontraram na carreira almejada. Estas foram observações decorrentes do processo de intervenção.

Esses problemas já citados somam-se a vários outros e acarretam em uma dificuldade, de minha parte e dos participantes dos encontros, de vislumbrar o futuro do Ensino Médio no Brasil. Ao associar o passado desta etapa de ensino com o seu presente, torna-se mais difícil a tarefa de visualização de um futuro, principalmente ao observar as mudanças propostas pelos governantes em um espaço de tempo tão exíguo. Algumas previsões são possíveis de serem realizadas, como a dificuldade de atingir a Meta 3 do PNE, principalmente no tocante à taxa líquida de matrículas no Ensino Médio. No município de Jaguarão, ao visualizar os dados disponíveis atualmente e as falas dos educadores e estudantes atuais dessa etapa, saliento a noção de complexidade do problema que é o projeto nacional de Ensino Médio e a marginalidade das demandas das escolas estaduais de Jaguarão.

Visualizar a Meta 7 torna-se também difícil, pois com a crítica realizada pelos educadores aos métodos avaliativos utilizados nas escolas estaduais, considerados insuficientes na tentativa de observar uma melhoria da aprendizagem pelos estudantes, o retorno dos índices educacionais de aprovação a patamares semelhantes aos vistos nos anos anteriores ao da pandemia de COVID-19, não permite vislumbrar melhoria das notas obtidas na avaliação nacional que serve de base para cálculo do IDEB. Sem uma forte política que prepare de maneira mais competente os estudantes do Ensino Fundamental para o prosseguimento dos seus estudos e os torne capazes de melhorar os níveis de conhecimento, não se pode pensar em melhoria do Ensino Médio. Durante os anos de 2020 e 2021, quando a aprovação foi elevada, com índices superiores aos 90%, a nota do IDEB que é meta

do PNE não foi atingida, tendo havido uma diminuição a patamares em torno dos 70%, dificultando o êxito na obtenção da nota estipulada.

Por último, no quesito de planejar o futuro ou vislumbrar o horizonte de maneira ampla e capaz de possibilitar escolhas mais certeiras, a partir das dificuldades atuais, não obtive o êxito desejado no processo de intervenção. Profissionais da Educação Básica com um seu foco praticamente voltado para a resolução dos persistentes problemas que afetam as escolas há décadas e não foram sanados até o presente momento, praticamente inviabilizam uma discussão de planejamento para o médio e longo prazo. Profissionais que necessitam lidar com falta de materiais e condições mínimas de trabalho, que sentem a desvalorização de suas práticas e da profissão, tanto pela remuneração salarial como pelo reconhecimento social, além de sobrecarregados e não disporem da infraestrutura necessária para melhorias nos processos educacionais, claramente não terão energias para vislumbrar um futuro e, pior, são direcionados a acreditar que seus caminhos terão mais obstáculos com o decorrer do tempo. No entanto, mesmo diante de uma perspectiva que não os agrada e não permite visualizar bons contornos no seu horizonte, é possível perceber profissionais comprometidos e preocupados com a melhoria educacional, mesmo que através de prismas diferentes.

6 Considerações Finais

A realização desta trajetória de estudos e de diálogos durante o Mestrado permitiu-me chegar até aqui com diversas aprendizagens e constatações a respeito da situação atual do Ensino Médio em Jaguarão. Foi possível verificar parcialmente a situação. Nessa verificação, foi possível visualizar que várias problemáticas históricas ainda persistem nessa etapa de ensino.

A reprovação dos estudantes, problemática que serviu de motivação para a realização deste trabalho, persiste. É possível visualizar uma leve melhora nos indicadores durante o período analisado, o que pode ser considerado um ponto positivo. No entanto, a conversa com os professores da rede estadual de ensino, os estudantes secundaristas e universitários, pude verificar que essa melhora acontece, no entanto, com apontamento de outras dificuldades como a qualidade da educação fornecida e a formação disponibilizada, principalmente em relação à aquisição do conhecimento pelos jovens. Os estudantes e professores relataram a baixa qualidade da aprendizagem, inclusive os estudantes do Ensino Médio.

Em relação às metas do PNE, particularmente as metas 3, 6 e 7 observadas neste trabalho, houve progressos, conquanto sem perspectiva de serem atingidas até o final deste ano de 2024, último de vigência do Plano Nacional de Educação. Universalizar o Ensino Médio requer dois movimentos complementares: os estudantes permanecerem no ambiente escolar nessa etapa, o que tem melhorado em vista das melhorias percebidas nos índices de evasão e abandono, de maneira geral; este, no entanto, é dependente desses cursarem o Ensino Fundamental dentro do seu período ideal de estudo e de contarem com condições de permanência no Ensino Médio, para que a possibilidade de desistência em virtude da necessidade de realização de atividades laborais seja menor.

Essa compreensão das dificuldades do Ensino Médio no município de Jaguarão foi possível, parcialmente graças ao acesso a informações disponíveis em plataformas oficiais e leituras de produções acadêmicas sobre o tema. Complementarmente, as rodas de conversa do Projeto de Extensão mostraram o cotidiano escolar e as questões relacionadas à infraestrutura das escolas, ao autoritarismo e à falta de investimentos dos governos em políticas que de fato auxiliem na superação das dificuldades das escolas, seus profissionais e seus

estudantes. Foram recorrentes as falas de preocupação dos profissionais e estudantes dessa etapa de ensino com esses problemas.

Somadas às dificuldades já existentes, a efetivação da Reforma do Novo Ensino Médio nas escolas trouxe novos problemas. A flexibilização do currículo, com esvaziamento da formação geral básica em detrimento dos itinerários formativos, os quais criaram uma gama de componentes curriculares que os estudantes não conseguem perceber seu objetivo, somada à dificuldade dos professores na sua preparação para o novo currículo, piorou um cenário já complicado.

Essas dificuldades foram tratadas em diálogo nos encontros promovidos pelo Projeto de Extensão da Unipampa. Foram expressas pelos profissionais da rede, junto com suas angústias por todas as alterações promovidas pela Reforma do Novo Ensino Médio, agravadas pelos desdobramentos da pandemia de COVID-19. Os dois anos de ensino remoto emergencial causaram atrasos no desenvolvimento escolar e dificuldades que demorarão a serem superadas. Uma lacuna ficou presente, sentida pelos próprios estudantes que perceberam a não aquisição dos conteúdos propostos e as avaliações mais brandas.

A intervenção permitiu aproximar a Universidade das escolas de Ensino Médio, uma etapa em constante mudança, que demanda uma continuidade de estudos e participações em conversas e análises. Foram momentos produtivos e que mostram uma realidade educacional que necessitamos compreender, inclusive por ser a Universidade o próximo passo educacional de alguns desses estudantes.

Em face a todo o apresentado neste trabalho, percebo que essa etapa, o Ensino Médio, necessita de nossa atenção constante, tanto para auxiliar na sua melhora, como cidadãos capazes de agir no seu entorno e compreender as transformações cada vez complexas, quanto para a formação acadêmico-profissional que seguirá por toda a sua vida e impactará no futuro. Essa é uma das funções da Universidade, principalmente em uma região historicamente empobrecida.

Referências

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno I**: ensino médio e formação humana integral; [autores : Carmen Sylvia Vidigal Moraes *et al.*] Curitiba: UFPR / Setor de Educação, 2013. Disponível em: https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/cadernos/web_caderno_1.pdf. Acesso em: 05 maio 2022.
- BRASIL. **Lei Federal n.º 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 05 maio 2022.
- MOTTA, Vânia Cardos da; FRIGOTTO, Gaudêncio. POR QUE A URGÊNCIA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO? MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176606>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Estatísticas de desempenho escolar: o lado avesso. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.22, n.77, p. 321-352, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000400011>. Acesso em: 07 abr. 2023.
- CHAGAS, Ângela Both. **Os primeiros passos para a implementação da Reforma do Ensino Médio na rede estadual do RS**: projetos em disputa. Dissertação (Mestrado em Educação) – Porto Alegre/RS. 295p. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/194560>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- CHAGAS, Ângela Both; LUCE, Maria Beatriz. Reforma do Ensino Médio no Estado do Rio Grande do Sul: alinhamentos e resistências. **Revista Práxis Educativa**, vol. 15, p. 1-21, 28 dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14653>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- CHAGAS, Ângela Both; SARAIVA, Mateus. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS ENTRAVES AO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL. In: **Anais do XII ANPED SUL** (2018). Porto Alegre/RS. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/2/1955-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.
- COSTA, Daianny Madalena e GHISLENI, Ana Cristina. A Pesquisa-Intervenção no

Mestrado Profissional e suas possibilidades metodológicas. **Educar em Revista** [online]. v. 37, p. e.79785, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.79785>. Acesso em: 06 ago. 2022.

COSTA DE LIMA, Marinete; MATOS DE SOUZA, Maria de Fátima. ESTRUTURA CURRICULAR: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 40, p. 465-492, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47176>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: **Perspectivas e Desafios**. Caderno Cedes, vol. 29, nº 78. maio 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>. Acesso em: 18 out. 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos De Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197–223, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/591>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FRANCESCHINI, Vanessa Lima Caldeira; MIRANDA-RIBEIRO, Paula; GOMES, Marília Miranda Fortes. Porta de entrada ou de saída? Fracasso escolar no ensino médio segundo estudantes e coordenadores(as) de escolas em Ribeirão das Neves, MG. **Educação em Revista**, v.33, p. e164208, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ff4PDXyPMrQpcTKq7jBJD4P/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 01 set. 2020.

FRANZOI, Naira Lisboa; FISCHER, Maria Clara Bueno; SILVA, Carla Odete Balestro; BARROS, Anália Bescia Martins de. O estudante trabalhador na escola pública: Um direito negado? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, vol. 27, nº 136, p. 1-28, 2019. Porto Alegre/RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220789>. Acesso em: 30 set. 2020.

GIL, Natália de Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2018, v. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590002FS1413-24782018230037>. Acesso em: 18 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 1980**. Volume 1. Número 22. RS. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=772&view=detalhes>. Acesso em: 16 fev. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>. Acesso em: 05 fev. 2020.

JAGUARÃO. **História da Cidade**. Disponível em: <https://www.jaguarao.rs.gov.br/historia-da-cidade/> . Acesso em: 13 mar. 2022.

JAGUARÃO. **Lei 6151/2015, de 25 de Junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências. Jaguarão: Prefeitura de Jaguarão. Disponível em: <https://www.camarajaguarao.rs.gov.br/proposicoes/Lei-ordinaria/0/1/0/732> Acesso em: 18 maio 2022.

KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 33–44, 2017. DOI: 10.22420/rde.v11i20.757. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/757>. Acesso em: 20 abr. 2024

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e Escola: A flexibilização do Ensino Médio no Contexto do Regime de Acumulação Flexível. **Revista Educação & Sociedade** [online]. v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MARCHAND, Patrícia Souza. **A afirmação do direito ao ensino médio no ordenamento constitucional-legal brasileiro**: uma construção histórica. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 233p. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/7494>. Acesso em: 1 set. 2021

MELO, Simone Gomes de; MORAIS, Alessandra de. Clima escolar como fator protetivo ao desempenho em condições socioeconômicas desfavoráveis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 10-34, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145305>. Acesso em: 17 out. 2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Educação permanente: direito de cidadania, responsabilidade do estado. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 4, n. 2, p.395-416, 2022. DOI: 10.1590/S1981-77462006000200011. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1801>. Acesso em: 13 mar. 2023

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A REINVENÇÃO DA RODA: RODA DE CONVERSA, UM INSTRUMENTO METODOLÓGICO POSSÍVEL. **Revista Temas em Educação**, v.23, n.1, p.95-103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/11399>. Acesso em: 26 nov. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2001, 100 p.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**. 1991, v. 5, n. 12, p. 07-21. maio 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000200002>. Acesso em: 19 jul. 2022

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 14.705/2015**, de 25 de Junho de 2015. Institui o Plano Estadual de Educação –PEE- em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE –, aprovado pela Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Porto Alegre: Palácio Piratini [2015]. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.705.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SANTOS, Simone Natividade; BORBA, Fernanda Valéria Nascimento; LIMA, Josenilda Rodrigues de; FERREIRA, Deyvid Braga. “Novo ensino médio. Quem conhece aprova”: derivas de sentidos em um discurso de (des)aprovação. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 43, p. 1-20, e-17842, 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/17842>. Acesso em: 12 set. 2022.

SARAIVA, Mateus. A apropriação da avaliação em larga escala pelas comunidades escolares: uma análise do ENEM e do SEAP. **Políticas Educativas**, v.9, n.1, p. 136-156, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/63323>. Acesso em: 22 set. 2019.

SARAIVA, Mateus. **Por uma política com números**: o Ensino Médio sob a perspectiva do SINAEB. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre/RS, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/220729>. Acesso em: 18 maio 2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v.8, n.16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 20 out. 2020.

Universidade Federal do Pampa. Conselho Universitário. **Resolução nº 332/2021, de 21 de dezembro de 2021**. Revoga a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 104, de 27 de agosto de 2015 e Institui as Normas para Atividades de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Pampa. Bagé, 2007. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/proec/files/2021/12/sei_unipampa-0700488-resolucao-consuni.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2023

Anexos

Anexo A - Projeto de Extensão

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA CADASTRO DE PROJETO INSTITUCIONAL	
---	--	---

Dados do Projeto

Número de Registro:	2023.EX.JG.2573	Código:	2573
Coordenador:	Marcos Gares Afonso	Controle:	67405
Área:	Extensão	Unidade Origem:	CAMPUS JAGUARÃO
Modalidade:	Curso de Extensão	Telefone:	(53)3266-9400 -ramal 5503
Título:	Ensino Médio em Jaguarão: como está? o que queremos?		
Execução:	De 01/11/2023 a 31/12/2023	Nº de Registro no SIPPEE:	Não consta
Autoriza Publicação Resumo:	Sim	Área de Conhecimento:	Ciências Humanas
Carga Horária Total:	80	Carga Horária EAD:	28
Área Temática:	Educação	Área Temática Secundária:	Direitos Humanos e Justiça
Linha Temática:	Gestão Pública		
Palavras-chave:	Ensino Médio / Direito à educação / Qualidade da educação / Política Educacional / Reforma do Ensino Médio / Juventudes		

Resumo do Projeto

O curso de extensão tem por objetivo realizar um ciclo de estudos e debates sobre a situação atual do Ensino Médio no município de Jaguarão, com base em pesquisa iniciada através de levantamento de dados estatísticos sobre o Ensino Médio. Esses dados foram coletados a partir do projeto de pesquisa realizado junto ao curso de Mestrado Profissional em Educação da Unipampa - Jaguarão, o qual já foi qualificado. As condições de oferta escolar como do acesso e desempenho dos estudantes na etapa final da Educação Básica merecem especial atenção quando está em crucial debate a Reforma do Novo Ensino Médio e em retrospecto o Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de Educação, que têm vigência até 2024. O ciclo de estudos será um tempo-espaço para conhecer e interpretar os indicadores educacionais selecionados e para dialogar sobre os sentidos, os problemas e as potencialidades das políticas públicas de educação e da gestão escolar, entre pesquisadores, dirigentes, professores e estudantes das escolas públicas e da Universidade, assim como com a comunidade em geral. Este curso foi projetado como a intervenção a ser realizada através do Curso de Mestrado Profissional em Educação.

Introdução

Este curso de extensão caracteriza-se como um ciclo de estudos e debates sobre a situação atual do Ensino Médio no município de Jaguarão (RS) para o qual serão convidados professores e estudantes de ensino médio e superior, assim como a comunidade em geral. Tem como base um estudo já iniciado, através da coleta de dados junto a órgãos oficiais, pesquisas e artigos científicos publicados, e busca a produção de um diagnóstico a partir dos principais indicadores de acesso, fluxo e qualidade da escolaridade.

A problematização da situação atual de acesso ao Ensino Médio e conclusão da Educação Básica tem como fundamento o preceito constitucional e legal do direito à educação, em especial o instituído através da Emenda Constitucional 59/2009, que ampliou a obrigatoriedade de frequência à escola dos 4 aos 17 anos. Por conseguinte, as metas estabelecidas nas leis do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), do Plano Estadual de Educação (Rio Grande do Sul, 2015) e do Plano Municipal de Educação (Jaguarão, 2015).

É também importante considerar que está em curso uma polêmica reforma curricular do Ensino Médio, formalizada pela Lei 13.415/2017, mas sem a devida discussão junto às comunidades escolares, professores e pesquisadores como à sociedade, embora provoque grandes alterações na rotina das escolas. Ademais, em paralelo, neste período de tempo, vigoraram políticas de restrição orçamentária, privatização de recursos públicos da educação, desprestígio a instituições e

profissionais da Educação, da Cultura e da Ciência, para além da gravíssima crise sanitária - a pandemia do Covid-19, em 2020 e 2021. Contribuir para a mitigação dos problemas educacionais e de desenvolvimento social e econômico da região em que está inserida é uma das finalidades da Unipampa. Como estudantes e docentes do Mestrado Profissional em Educação, temos a intenção de realizar uma intervenção de natureza informativa e analítico-interpretativa, mas com potencial propositivo de política educacional, dialogando com os profissionais e estudantes do Ensino Médio e da Universidade, assim como a comunidade em geral, sobre as dificuldades e potencialidades das escolas de Jaguarão. O momento, no segundo semestre letivo de 2023, é auspicioso em vista do recente anúncio de reconsideração da atual reforma, o designado Novo Ensino Médio, pelo Ministério da Educação (Brasil, 2023); e da retomada de estudos e debates de acompanhamento sobre o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) na perspectiva de construção democrática do próximo ciclo de conferências de planejamento educacional nas esferas municipal, estadual e nacional (Brasil², 2023).

Objetivos

- 1- Proporcionar um tempo-espço para diálogo entre a comunidade universitária e a comunidade escolar, aprofundando conhecimentos sobre a situação do Ensino Médio no Município de Jaguarão, RS;
- 2- Apresentar os dados disponíveis sobre o Ensino Médio em plataformas oficiais;
- 3- Analisar e interpretar indicadores educacionais, debatendo fatores históricos e atuais assim como os impactos das mudanças políticas relativas ao Ensino Médio, em especial a Lei 13.415/2017 e seus desdobramentos nas escolas públicas de Jaguarão.;
- 4- Discutir problemas e potencialidades locais para o desenvolvimento da Educação Básica e Superior em Jaguarão e na região, visando a gestão escolar e o planejamento das redes de ensino público, inclusive a próxima Conferência Municipal de Educação;
- 5- Oferecer subsequentes oportunidades desenvolvimento profissional aos gestores e docentes do Ensino Médio, assim como aos membros do Conselho Municipal de Educação, de Jaguarão e da região.

Materiais e Métodos

O ciclo de estudos será realizado por meio de atividades presenciais e a distância. Serão utilizados materiais de apoio disponíveis na internet, como artigos, vídeos e comentários de pesquisadores sobre a reforma do Ensino Médio. Também haverá apresentação de dados antes selecionados e organizados pelos proponentes desta ação extensionista, pesquisadores do Unipampa/PPGEdu, relativamente à escolas de Ensino Médio em Jaguarão, com foco em aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série, nível socioeconômico dos estudantes e índice de adequação docente, tendo como fontes o INEP e a SEDUC/RS.

Na atividade sobre o Novo Ensino Médio, além dos documentos de ordenamento constitucional e legal, serão examinadas orientações e notícias publicadas pela Seduc durante a sua implantação no estado do Rio Grande do Sul, bem como documentários, entrevistas, e reportagens sobre aspectos positivos e negativos da reforma.

As atividades a distância serão organizadas no Moodle da Unipampa e incluem, além de leituras, vídeos e contribuições dos participantes sobre a situação e propostas de suas escolas, um fórum de debates no qual serão oportunizados esclarecimentos e problematizações sobre a "atuação da política" (Ball, Maguire & Braun, 2016) - o Novo Ensino Médio.

A ação de extensão ora proposta será realizada por meio de estratégias eminentemente dialógicas, com ênfase na roda de conversa, associada a exposições de dados e leituras recomendadas, sempre com comentários da equipe proponente e de convidados. A participação dos inscritos será valorizada.

Resultados Esperados

Discussão dos dados disponíveis sobre o Ensino Médio nas escolas de Jaguarão, de modo a contextualizá-los e levantar possibilidades de ação intra e extra-escolar para melhoria das condições de acesso, qualidade do ensino e aproveitamento. Análise das propostas de recuperação dos prejuízos educacionais da pandemia do Covid-19 e de estratégias para qualificar o projeto político-pedagógico das escolas estaduais de Ensino Médio de Jaguarão, inclusive a parte flexível do currículo, mediante uma rede de apoio que as aproxime e beneficie das instituições federais -

Unipampa e IF-Su. Produção de um relatório crítico-reflexivo sobre a pesquisa precedente e a ação de extensão. Divulgação aberta dos estudos e debates, realizados no escopo do ciclo extensionista, em periódicos e/ou eventos acadêmico-científicos, mural de notícias e redes sociais.

Relação Ensino, Pesquisa, Extensão

A relação é intrínseca devido à característica do curso, que tem origem a partir do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus Jaguarão. Sendo o coordenador deste curso servidor técnico-administrativo e estudante do Mestrado Profissional em Educação e a equipe proponente integrada por docentes e outras mestrandas do mesmo curso, há contribuições diretas entre componentes curriculares, pesquisas, produções bibliográficas e atuação profissional dos/as mesmos, assim como a possibilidade de participação de discentes e docentes dos cursos de graduação, em especial de Licenciatura em Pedagogia, Letras e História, além de pessoas da comunidade externa à universidade, interessadas na importante questão social.

Outras Informações Relevantes

O curso é parte do Projeto de Intervenção do mestrando-coordenador, um requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Referências

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **MEC apresenta sumário dos resultados da consulta pública**. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/mec-apresenta-sumario-dos-resultados-da-consulta-publica>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

BRASIL², Ministério da Educação. **Grupo de Trabalho realiza oficinas sobre o novo PNE**.

Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/grupo-de-trabalho-realiza-oficinas-sobre-o-novo-pne>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

CHAGAS, Ângela Both; LUCE, Maria Beatriz. **Reforma do Ensino Médio no Estado do Rio Grande do Sul**: alinhamentos e resistências. Revista Práxis Educativa, vol. 15, p. 1-21, 28 dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14653>.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas públicas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, Campinas, v.27, n. 94, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXtCQHCJFyhsj/>.

Universidade Federal do Pampa, **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023** - Bagé: Unipampa 2019. Disponível em:

https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2023/02/planejamento_estrategico_2019_2023.pdf

SARAIVA, Mateus. **A apropriação da avaliação em larga escala pelas comunidades escolares**: uma análise do ENEM e do SEAP. 2016. 136-156. Políticas Educacionais □ Ed 9. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/63323>.

SARAIVA, Mateus; CHAGAS, Ângela; LUCE, Maria Beatriz. **O novo ensino médio na rede estadual do RS**: balanço de perdas e danos. [Nota Técnica: relatório de pesquisa]. Porto Alegre, UFRGS, 26 de junho de 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/259512> . Acesso em 20/08/2023.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. 2008. Sociologias, v.8, n.16.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 20 out. 2020.

Proposta Vinculada a Programa

Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) - Campus Jaguarão

Justificativa

O desenvolvimento social e econômico mundial exige crescente escolarização dos jovens e adultos. No Brasil, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) buscou atender essa necessidade através de discussões com a sociedade civil, pesquisadores e educadores, com diversas metas. Entre essas, algumas dizem respeito ao Ensino Médio, como a meta 3, a meta 6, a meta 10 e a meta 11.

O Plano Estadual de Educação (2015-2025), estabelecido na Lei Nº 14.705/2015, após um amplo debate em diversas conferências municipais e regionais, foi aprovado e determinou as estratégias para atendimento às metas estabelecidas pelo PNE. Em Jaguarão, o Plano Municipal de Educação, Lei 6151/2015, também estabeleceu metas e estratégias, de acordo com as definições do PNE e do PEE, adaptadas à realidade local. No entanto, as estatísticas feitas a partir dos registros no Censo Escolar anual, em cada escola pública e privada, indicam que quase todas essas metas encontram-se atrasadas ou não conseguirão ser atingidas conforme o proposto no PNE que finda em 2024.

Porém, há que se considerar que nos últimos anos houve mudanças e é necessário ressaltar que tivemos uma pandemia que ceifou milhares de vidas no país. Mesmo diante dessa tragédia sanitária e com as alterações das políticas relativas ao Ensino Médio, no período de vigência do PNE houve alguns avanços, ainda que com dificuldades para atingimento das metas propostas.

Por conseguinte, a problemática do Ensino Médio clama por um esforço de análise da sua situação atual, de suas dificuldades e potencialidades e de um debate. É necessário debater sobre a situação em que se encontra o Ensino Médio com as mudanças propostas pela última alteração na sua política, associada ao planejamento para a mobilização de esforços na mitigação das dificuldades observadas e potencialização das qualidades e possibilidades que temos.

Nesse contexto, a Universidade, junto às escolas, os órgãos e as lideranças locais deve promover um momento de troca de conhecimentos, de compartilhamento de experiências e de reconhecimento de potencialidades da educação na cidade.

O Ensino Médio tem sofrido uma dificuldade de identidade, ou seja, de consensuar-se uma concepção e respectiva caracterização. É a etapa final da educação básica e enfrenta problemas históricos de acolhimento, manutenção e sucesso dos estudantes, de que são exemplos, em Jaguarão, o índice de reprovação médio superior a 20% e o índice de distorção idade-série de 49%. A reforma apressada, sem debates, sem professores com pertinente formação e atualização, sem recursos materiais adequados e sem efetiva gestão da rede escolar estadual, vem causando mais dificuldades à frequência dos jovens à escola e à qualidade de suas aprendizagens.

A Lei 13.415/2017 alterou o currículo e aumentou o horário escolar, trouxe itinerários e trilhas para uma flexibilização de conteúdos e atividades que acabou por diminuir a intensidade da formação geral, a carga horária dessas disciplinas ou áreas de conhecimento. Particularmente no estado do Rio Grande do Sul, não houve agenda e meios para planejamento coletivo nas escolas e na rede pública de ensino. Os recursos humanos, materiais e orçamentários foram não foram condizentes, seguem evidenciando - e em muitos casos agravando - condições de desigualdade educacional (SARAIVA, CHAGAS & LUCE, 2023).

Avaliação (Público)

O público poderá avaliar o curso durante a sua realização, por meio de comentários e sugestões orais, nas atividades presenciais, e por escrito através de dispositivo apropriado no Moodle. Ao final do ciclo de estudos será solicitada a contribuição dos participantes, sem a necessidade de identificação, através de um formulário digital com perguntas de avaliação do conteúdo e métodos, além de espaço para comentários adicionais e sugestões. Essa avaliação também servirá para orientar futuras propostas de extensão do PPGEdU e do Campus Jaguarão junto à comunidade escolar e local.

Avaliação (Equipe)

A equipe avaliará, após cada atividade presencial e a distância do ciclo, o processo de participação e se as informações e atividades propostas estavam adequadas aos participantes, tomando providências para o contínuo aperfeiçoamento do que havia sido planejado e realizado. Também haverá uma avaliação final da ação de extensão, pela equipe extensionista, considerando os objetivos, atividades e materiais utilizados e disponibilizados via plataforma Moodle.

Unidades e Cursos

Unidade	Curso
Campus Jaguarão	Mestrado em Educação (JAME)

Equipe Executora

Nome	E-mail	Tipo	Função	CH Semanal	Período Participação
Ângela Both Chagas	angela.bchagas@gmail.com	Colaborador Externo	Palestrante	2	De 01/11/2023 a 31/12/2023
Jonas Tarcisio Reis	jonasreis@unipampa.edu.br	Docente	Colaborador	1	De 01/11/2023 a 31/12/2023
Marcos Gares Afonso	marcosafonso@unipampa.edu.br	Técnico	Coordenador	4	De 01/11/2023 a 31/12/2023
Maria Beatriz Moreira Luce	marialuce@unipampa.edu.br	Docente	Colaborador	4	De 01/11/2023 a 31/12/2023
Rita Mara Pires Martins	ritamartins.aluno@unipampa.edu.br	Discente	Discente - Voluntário	4	De 01/11/2023 a 31/12/2023

Públicos Alvo

Tipo	Público Alvo	Quantidade
Interno e Externo	Profissionais de Educação Básica	15
Interno e Externo	Estudantes da Educação Básica	30
Interno e Externo	Famílias	5
Interno e Externo	Instituições Públicas	8
Interno e Externo	Entidades Organizadas da Sociedade Civil	3
Interno	Docentes, discentes e técnicos administrativos da Unipampa	20

Municípios de Execução

Município	Jaguarão
-----------	----------

Cronograma

Data Início	Data Fim	Atividade	Carga Horária	Local	Membros
01/11/2023	15/12/2023	Planejamento das atividades e acompanhamento dos conteúdos propostos no Moodle durante toda a duração do curso, discussões e avaliação das respostas dos participantes e elaboração do relatório final.	35	Moodle	Jonas Tarcisio Reis, Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce, Rita Mara Pires Martins
09/11/2023	09/11/2023	1º Encontro Presencial - O direito ao Ensino Médio em Jaguarão: avanços e desafios	4	Unipampa	Jonas Tarcisio Reis, Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce, Rita Mara Pires Martins
09/11/2023	15/12/2023	Atividade EaD relacionada ao primeiro encontro, com disponibilização de vídeos e atividades de interação via Moodle.	9	Moodle	Jonas Tarcisio Reis, Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce, Rita Mara Pires Martins
13/11/2023	13/11/2023	2º Encontro Presencial - A concepção do Novo Ensino Médio e sua repercussão nas escolas do Rio Grande do Sul	4	Unipampa	Rita Mara Pires Martins, Ângela Both Chagas, Jonas Tarcisio Reis, Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce
13/11/2023	15/12/2023	Atividade EaD relacionada ao segundo encontro, com materiais disponibilizados e atividade para ser entregue, via Moodle	9	Moodle	Jonas Tarcisio Reis, Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce, Rita Mara Pires Martins
16/11/2023	16/11/2023	3º Encontro Presencial - O que queremos para o Ensino Médio?	4	Unipampa	Jonas Tarcisio Reis, Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce, Rita Mara Pires Martins
16/11/2023	15/12/2023	Atividade final EaD, relacionada ao terceiro encontro, com disponibilização de material e atividades no Moodle.	10	Moodle	Jonas Tarcisio Reis, Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce, Rita Mara Pires Martins
16/12/2023	31/12/2023	Realização do relatório final do curso de extensão	5	Unipampa	Jonas Tarcisio Reis, Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce, Rita Mara Pires Martins

Planejamento de Despesas

Despesas de Custeio	Opção	Valor Estimado (R\$)	Fonte de Financiamento	Especificações
Auxílio a Estudantes (Bolsas)	Não Necessita	0,00		
Diárias	Não Necessita	0,00		
Passagens	Não Necessita	0,00		
Material de Consumo	Não Necessita	0,00		
Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	Não Necessita	0,00		
Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	Não Necessita	0,00		
Outros	Não Necessita	0,00		
Total		0,00		

Despesas de Capital	Opção	Valor Estimado (R\$)	Fonte de Financiamento	Especificações
Equipamentos e Material Permanente	Não Necessita	0,00		

Total Geral de Despesas (R\$): **0,00**

Alternativas caso a fonte de financiamento não se confirme: Não necessita

Documento gerado por: Marcos Gares Afonso **Data/Hora:** 27/01/2024 às 15:32:06

Anexo B - Álbum de fotos dos encontros presenciais

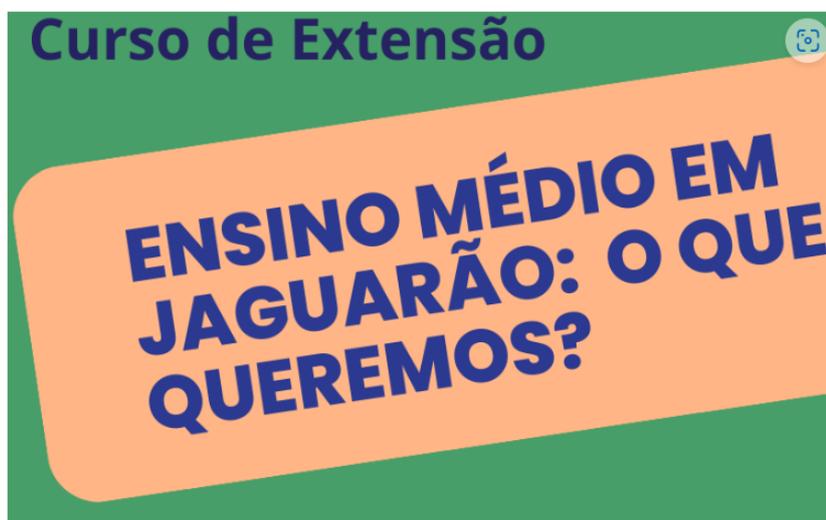




Anexo C – Imagens dos módulos no Moodle



Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu)



Bem vindos ao Curso de Extensão!

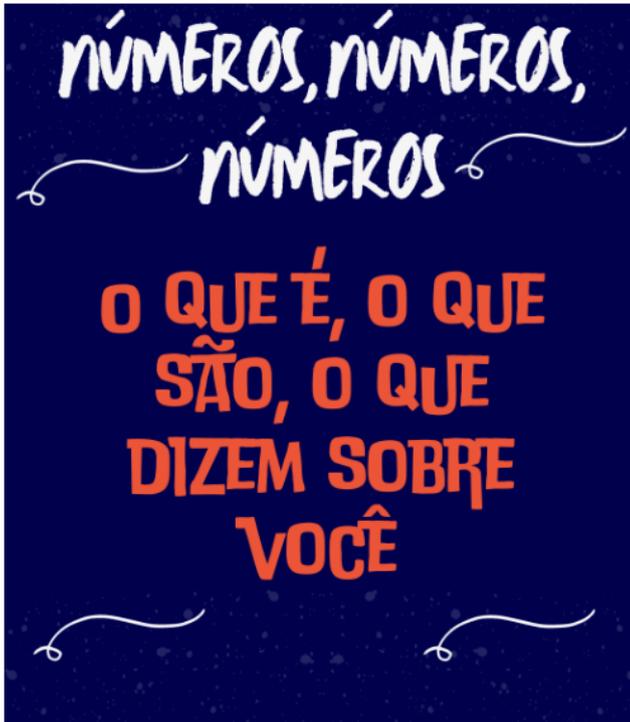
Esse espaço será uma ferramenta complementar para nossos diálogos que acontecem presencialmente.

Teremos vídeos sobre os assuntos conversados na sala de aula e atividades complementares.

Dados Estatísticos e Políticas Educacionais

Bem vindos ao primeiro módulo.

Será trabalhado nele as questões relativas aos dados educacionais. Teremos 8 vídeos tratando sobre o tema, ensinando onde encontrar, a origem desses dados, como eles influenciam as políticas públicas.



Novo Ensino Médio: a Lei 13415/2017



Nesse segundo módulo, iremos discutir sobre o Novo Ensino Médio, batizado de Ensino Médio Gaúcho no Rio Grande do Sul. Implementado a partir da [Lei 13.415/2017](#) que incluiu os itinerários formativos no currículo do Ensino Médio, diminuiu a carga horária de algumas disciplinas e criou outras, permitiu a contratação de profissionais por notório saber e a utilização de carga horária a distância.

Vamos conversar sobre essa reforma.

 [O que foi planejado para o Novo Ensino Médio?](#)

 [Apresentando os itinerários do Ensino Médio Gaúcho](#)

 [O que são os itinerários?](#)

Projeto de Reforma do Novo Ensino Médio

Nessa seção iremos discutir sobre o PL 5230/2023, que tramita em regime de urgência no Congresso Nacional, propondo alterações na Lei 13.415/2017.



 [MEC divulga resultados da Consulta Pública](#)

 [PL 5230/2023 - Reforma do Novo Ensino Médio](#)

 [Sumário consulta pública Ensino Médio](#)

Anexo D - Relatório do Projeto de Extensão



Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura (PROEXT)

RELATÓRIO DE AÇÕES DE EXTENSÃO

() Parcial (x) Final

1 DADOS GERAIS

Título	Ensino Médio em Jaguarão: como está? o que queremos?			
Data de início (dia/mês/ano)	01 / 11 / 2023	Data de término	31 / 12 / 2023	
Coordenador	Nome	Marcos Gares Afonso		
	E-mail	marcosafonso@unipampa.edu.br		
	Telefone	(53)984087653		
Unidade do coordenador	Campus Jaguarão			
Município(s) de execução da ação	Jaguarão			
Modalidade	() Projeto	() Programa	(x) Curso	() Evento
Participou de Edital de Fomento?	() Sim. Qual?		(x) Não	
Bolsista(s)	() Sim. Nome:		(x) Não	

2 EQUIPE EXECUTORA (adicionar quantas linhas for necessário)

Nome	Vínculo (Discente, Docente, TAE ou outro)	Campus/Reitoria ou Instituição de Origem	Função* (mesma a ser informada na planilha de certificados)	Carga Horária Semanal**
Marcos Gares Afonso	TAE	Jaguarão	Coordenador (a)	4
Maria Beatriz Moreira Luce	Docente	Jaguarão	Colaborador (a)	4
Jonas Tarcísio Reis	Docente	Jaguarão	Colaborador (a)	1
Rita Mara Pires Martins	Discente	Jaguarão	Discente - Voluntário	4

* Palestrantes, Oficineiros, etc., não são considerados Equipe Executora, e sim Convidados. Devem, portanto, ser certificados juntamente com os Ouvintes na Planilha de Solicitação de Certificados.

** A carga horária semanal destinada ao projeto não pode ultrapassar 20h.

*** Para fins de certificação deverá ser anexa ao sistema institucional a planilha eletrônica contendo a relação de todos os participantes (Art. 9, Resolução 104/2015/CONSUNI).

3 PÚBLICO PARTICIPANTE

3.1 Comunidade acadêmica interna:

PERFIL	Nº de participantes
Discente	41
Docente	4
TAE	1
Terceirizado	1
TOTAL	

3.2 Comunidade externa* (adicionar quantas linhas for necessário)

PERFIL	Nº de participantes atingidos diretamente
Estudante Educação Básica	44
Professores Educação Básica	5

*Exemplos: Profissionais da educação básica, Estudantes da educação básica, Profissionais da saúde, Profissionais da área cultural, Idosos, Crianças, Adolescentes, Famílias, Mulheres, Trabalhadores rurais, Indígenas, Pessoas com deficiências, Artesãos, Outros.

4 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO

4.1 Descrição das atividades realizadas

Foram realizadas dois tipos de atividades durante a execução. As primeiras atividades foram os encontros presenciais tendo como objetivo apresentar e introduzir a temática a ser trabalhada e fomentar discussões acerca do tema proposto. Esse tipo de atividade foi realizada em três encontros distintos, todos trabalhando o tema do Ensino Médio sobre diferentes enfoques.

As segundas atividades realizadas, foram atividades a distância, através da plataforma Moodle institucional da Universidade. Essas atividades tiveram o objetivo de complementar as atividades realizadas nos encontros presenciais e promover o aprofundamento das discussões sobre os temas propostos, com textos complementares, informações, vídeos e outros tipos de atividades. Por fim, foi proposto um questionário para avaliação do curso e das atividades propostas.

4.2 Objetivos atingidos

Foram atingidos integralmente os objetivos:

Apresentar os dados disponíveis sobre o Ensino Médio em plataformas oficiais, sendo realizado no primeiro encontro presencial e na primeira atividade a distância, inclusive com links para as diversas plataformas governamentais que disponibilizam dados de domínio público; Analisar e interpretar indicadores educacionais, debatendo fatores históricos e atuais assim como os impactos das mudanças políticas relativas ao Ensino Médio, em especial a Lei 13.415/2017 e seus desdobramentos nas escolas públicas de Jaguarão, foi possível através da participação da comunidade estudantil, tanto do Ensino Médio como os estudantes da Universidade, que são provenientes da cidade e de outras regiões, majoritariamente de instituições públicas de ensino e percebem quanto as alterações propostas pelo Novo Ensino Médio podem ser prejudiciais; Oferecer subseqüentes oportunidades desenvolvimento profissional aos gestores e docentes do Ensino Médio, assim como aos membros do Conselho Municipal de Educação, de Jaguarão e da região foi possível através das participações dos estudantes e professores da rede, que fazem parte da comunidade escolar e também dos professores da universidade, que possui representatividade no Conselho Municipal de Educação.

Os objetivos a seguir foram atingidos parcialmente:

Proporcionar um tempo-espaco para diálogo entre a comunidade universitária e a comunidade escolar, aprofundando conhecimentos sobre a situação do Ensino Médio no Município de Jaguarão - RS; visto que as escolas convidadas não conseguiram participar de todos os encontros presenciais, devido a atividades nas suas escolas, o que não proporcionou totalmente a interação sobre todos os assuntos discutidos, principalmente no aprofundamento das alterações que foram propostas pelos governos federal e estadual; Discutir problemas e potencialidades locais para o desenvolvimento da Educação Básica e Superior em Jaguarão e na região, visando a gestão escolar e o planejamento das redes de ensino público, inclusive a próxima Conferência Municipal de Educação foi debatido parcialmente principalmente na visão sobre as potencialidades locais, devido a baixa participação da comunidade externa nos encontros.

4.3 Dificuldades encontradas na realização da ação

Foram encontradas dificuldades para participação da comunidade externa à universidade, devido a contextos locais, como a baixa adesão a atividades promovidas pela Unipampa nas suas dependências, quando não há convocação ou liberação pelas mantenedoras, fato que já vem sendo percebido pelos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus Jaguarão, assim como o perfil de estudante trabalhador característico do Campus Jaguarão, onde o estudante trabalha durante o dia e seu único horário destinado aos estudos é o noturno, o que faz optar pela presença na disciplina a participar em atividades paralelas, principalmente se não há a liberação dos docentes.

4.4 Análise do impacto e da relevância da ação para público alvo e para comunidade externa, em perspectiva aos resultados obtidos com instrumento de avaliação

A análise dos impactos obtido através do instrumento de avaliação do curso de extensão foi positiva, com os participantes destacando a importância do tema e quão novo é esse debate junto ao Campus, principalmente por ser dedicado a formação de professores, em sua maioria de cursos, em especial os cursos de Letras (Português e Espanhol) e História que preparam os estudantes para lecionar nessa etapa de ensino, associado ao curso de Pedagogia que permite a formação para a gestão nos diversos níveis de ensino.

4.5 Análise do impacto e da relevância da ação para comunidade acadêmica (Discentes, Docentes, Técnicos, Cursos envolvidos)

Para a comunidade acadêmica do campus Jaguarão foi importante a possibilidade de discussão e aprendizagem sobre uma etapa de ensino que é pouco explorada no campus, que possui um enfoque maior ao ensino fundamental. Teve um impacto positivo dentro do contexto do campus, possibilitando a aquisição de um conhecimento pouco falado na formação e de extrema relevância para a formação básica da população, por ser a etapa final do ensino fundamental,, além de proporcionar a experiência de conhecer uma área da educação básica que está em constante transformação e que acarreta em mudanças na sociedade em geral, mudando o perfil de cidadão que sai de sua formação e que ingressa na universidade ou direciona-se para o mercado de trabalho.

4.6 Outras informações relevantes

5 CRONOGRAMA**5.1 Cronograma executado (para fins de certificação)**

Ação: Encontro Presencial

Data 09/11/2023	Horário 19h	Local Unipampa	Responsável (membro da equipe executora, artista , etc.) Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce, Jonas Tarcísio Reis, Rita Mara Pires Martins
--------------------	----------------	-------------------	--

Ação: Encontro Presencial

Data 13/11/2023	Horário 19h	Local Unipampa	Responsável (membro da equipe executora, artista , etc.) Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce, Jonas Tarcísio Reis, Rita Mara Pires Martins
--------------------	----------------	-------------------	--

Ação: Encontro Presencial

Data 16/11/2023	Horário 19h	Local Unipampa	Responsável (membro da equipe executora, artista , etc.) Marcos Gares Afonso, Maria Beatriz Moreira Luce, Jonas Tarcísio Reis, Rita Mara Pires Martins
--------------------	----------------	-------------------	--

6 COMPROVAÇÕES DA EXECUÇÃO DA AÇÃO E PRODUÇÃO ACADÊMICA (obrigatório a apresentação de um item, no anexo, que comprove o desenvolvimento da ação, além da avaliação da comunidade externa, o que condiciona a avaliação do projeto)

TIPO	QUANTIDADE	ANEXO
1. Instrumentos de avaliação da comunidade externa	8	Obrigatório
2. Artigos aprovados para publicação		Opcional
3. Materiais de divulgação da ação de extensão (cartaz, folder, convite, etc.)	1	Opcional
4. Participação em apresentações/intervenções culturais ou comunitárias		Opcional
5. Participação em evento com apresentação oral, em pôster, com trabalho completo ou resumo		Opcional
6. Participação em eventos como palestrante, painelistas, oficinairo		Opcional
7. Participação em projetos sociais cadastrados em órgãos públicos ou agências		Opcional
8. Prêmio ou menção decorrente da ação de extensão		Opcional
9. Produção artística		Opcional
10. Publicação de livro, capítulos de livro, revista, etc.		Opcional
11. Outros (fotos, mídias sociais, reportagens, etc.)	27	Opcional

7 RELATÓRIO FINANCEIRO (preencher este campo se a ação recebeu recursos durante sua execução)

Descrição das despesas	Recursos obtidos através de edital (R\$)	Total de Recursos Utilizados (R\$)	Descrição da utilização (citar n° do empenho)
Auxílio Financeiro a Estudantes (a prestação de contas deverá ser feita no relatório de bolsista)			
Bolsas			
Diárias – Servidor Público			
Diárias – Colaborador Eventual			
Passagens rodoviárias			
Passagens aéreas			
Serviços de Terceiros – Pessoa Física			
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			

Material de Consumo			
Material Permanente			
Outras (descrever)			

Jaguarão, 31 de janeiro de 2024